

# PREGÃO ELETRÔNICO 018/2026

## OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software destinado ao gerenciamento, tratamento e análise de dados fiscais relacionados ao Valor Adicionado (VA) das empresas e produtores rurais estabelecidos no Município de Araruama, com a finalidade de apoiar a Administração Municipal no acompanhamento das informações utilizadas na apuração do Índice de Participação dos Municípios – IPM, incluindo os serviços necessários à implantação da solução, conversão e higienização de dados, treinamento de usuários e suporte técnico durante a vigência contratual.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 914.309,92

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/06/2026 às 10h00min (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

## MODO DE DISPUTA:

ABERTA

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

### **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO**

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, inscrito no CNPJ sob o nº 28.531.762/0001-33, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**, com endereço na Avenida John Kennedy, 120 - Centro, Araruama/RJ, CEP 28.979-087, realizará licitação **na modalidade PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dos Decretos Municipais nº 009/2024, 010/2024, 011/2024 e 052/2024, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

#### **1. PREÂMBULO:**

##### **1.1 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2026**

##### **1.2 PROCESSO Nº 25120/2025**

##### **1.3 SECRETARIA REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**

#### **2. DO OBJETO**

**2.1** O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software destinado ao gerenciamento, tratamento e análise de dados fiscais relacionados ao Valor Adicionado (VA) das empresas e produtores rurais estabelecidos no Município de Araruama, com a finalidade de apoiar a Administração Municipal no acompanhamento das informações utilizadas na apuração do Índice de Participação dos Municípios – IPM, incluindo os serviços necessários à implantação da solução, conversão e higienização de dados, treinamento de usuários e suporte técnico durante a vigência contratual, nas quantidades e exigências estabelecidas neste edital.

**2.2** O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

#### **3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

**3.1** A sessão pública do Pregão Eletrônico será realizada em sistema eletrônico, nas seguintes condições:

**Data da sessão: 12/06/2026**

**Horário: 10h00min**

**Tempo Máximo de Abertura da sessão: 15 (quinze) minutos**

**Local: Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>**

**Critério de Julgamento: MENOR PREÇO**

**Regime de Execução: EMPREITADA por PREÇO UNITÁRIO**

**Modo de Disputa: ABERTO.**

#### **4. DO VALOR E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

**4.1** As despesas com o presente objeto serão asseguradas por conta de recursos que estarão livres e não comprometidos, conforme dotação orçamentária vigente para o exercício de 2026, pertinentes ao Orçamento Municipal.

**4.2** Declara-se, por oportuno, que as despesas com a efetivação do objeto em tela possuem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**4.3** O valor estimado da contratação será de **R\$ 914.309,92 (novecentos e quatorze mil, trezentos e nove reais e noventa e dois centavos)**.

## **5. DA RETIRADA DO EDITAL:**

**5.1** As empresas interessadas em participar do presente certame poderão retirar o Edital por meio eletrônico, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

**5.2** As retiradas do Edital também poderão ser realizadas através do Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>.

## **6. DOS ESCLARECIMENTOS:**

**6.1** Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Pregão Eletrônico deverão ser dirigidos ao pregoeiro em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, através do sistema no site <https://www.licitanet.com.br/>.

**6.2** O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

**6.3** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**6.4** Os pedidos de esclarecimentos também terão sua divulgação na internet, através do site: <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

**6.4.1** Às licitantes interessadas, cabem acessar assiduamente o referido endereço eletrônico e sistema para tomarem conhecimento das perguntas e respostas e manterem-se atualizadas sobre esclarecimentos referentes a este Edital.

## **7. REQUISITOS MÍNIMOS PARA PARTICIPAÇÃO:**

### **7.1 DO CREDENCIAMENTO**

**7.1.1** Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;

**7.1.2** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

**7.1.3** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

**7.1.4** O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

**7.1.5** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome,

assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**7.1.6** O cadastro junto ao SICAF poderá ser utilizado subsidiariamente, e deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br> por meio de credencial e senha.

**7.1.7** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**7.1.7.1** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## **7.2 Da condição de participação no Pregão:**

**7.2.1 Poderão participar deste Pregão** os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;

**7.2.2** A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;

**7.2.3** Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

**7.2.4** Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

**7.2.5** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

**7.2.6 Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO:** Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://www.licitanet.com.br/>.

**7.2.7** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

**7.2.8** O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis no site <https://www.licitanet.com.br/>.

**7.2.9** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Licitanet – <https://licitanet.com.br/>.

**7.2.10** As licitantes deverão utilizar credencial e senha ou certificado digital para acesso ao Sistema.

**7.2.10.1** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**7.2.11** As licitantes deverão utilizar credencial e senha ou certificado digital para acesso ao Sistema.

**7.2.12** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.2.13 A participação é ampla concorrência para todos os portes de empresa.**

**7.3 Não poderão participar desta licitação:**

**7.3.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s).

**7.3.2** Autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

**7.3.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

**7.3.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**7.3.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**7.3.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**7.3.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**7.3.8** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.3.9** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

**7.4** O impedimento de que trata o item 7.3.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a

outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**7.5** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.3.2 e 7.3.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**7.6** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**7.7** O disposto nos itens 7.3.2 e 7.3.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**7.8** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**7.9** A vedação de que trata o item 7.3.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**

**8.1** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**8.2** A Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução da fase de habilitação, conforme previsto no art. 64 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente da documentação exigida.

**8.3** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**8.4** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 11.6 e 7.5 deste Edital.

**8.5** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**8.5.1** Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

**8.5.2** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor



de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

**8.5.3** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

**8.5.4** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.6** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.7** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.7.1** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**8.7.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**8.8** A falsidade da declaração de que trata os itens 8.4 ou 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**8.9** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.10** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**8.11** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**8.12** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**8.12.1** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

**8.12.2** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**8.13** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**8.13.1** Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior percentual de desconto; e

**8.13.2** Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**8.14** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 8.11.2 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**8.15** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**8.16** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:**

**9.1** A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**9.2** Valor: (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e total do lote/item.

**9.3** Marca/modelo.

**9.4** Fabricante.

**9.5** Quantidade cotada, devendo respeitar o quantitativo do lote/item, estabelecido no Termo de Referência.

**9.6** O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao lote/item previsto para contratação.

**9.7** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**9.8** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**9.9** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**9.10** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**9.11** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos (Anexo III deste Edital) nas normas de regência de contratações públicas federais e municipais, quando participarem de licitações públicas.

**9.12** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze



meses.

**9.13** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.14** Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

**9.15** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**9.16** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua apresentação (art. 90, §3º e art 155, VI).

**9.17** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

**9.18** Caso o critério de julgamento seja o de **menor preço**, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no TR e no Anexo III.

**9.19** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de fiscalização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**10.1** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**10.2** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**10.3** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**10.4** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**10.5** O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

**10.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**10.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**10.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

**R\$ 10.000,00 (dez mil reais).**

**10.9** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**10.10** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**10.11** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**10.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.11.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.11.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**10.11.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**10.11.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**10.12** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**10.12.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**10.12.2** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**10.12.3** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

**10.12.4** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**10.12.5** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**10.13** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores

àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

**10.13.1** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 10.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

**10.13.2** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**10.13.3** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**10.13.4** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**10.13.5** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**10.13.6** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**10.14** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**10.15** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**10.16** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**10.17** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**10.18** Quando da desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**10.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**10.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**10.20.1** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**10.20.2** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**10.20.3** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmодireito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**10.20.4** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**10.21** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**10.21.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**10.21.1.1** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

**10.21.1.2** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.

**10.21.1.3** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.

**10.21.1.4** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**10.21.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**10.21.2.1** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.

**10.21.2.2** Empresas brasileiras.

**10.21.2.3** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**10.21.2.4** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**10.22** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**10.22.1** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

**10.22.2** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação

inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**10.22.3** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**10.22.4** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**10.22.5** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. A não apresentação da proposta adequada ensejará na imediata desclassificação da licitante.

**10.22.6** Caso seja necessária a comprovação da exequibilidade da proposta, todos os documentos necessários a sua comprovação, inclusive planilha detalhada de composição de custos, deverão ser apresentados juntamente de sua proposta adequada ao último lance ofertado. A não apresentação da documentação mencionada alhures ensejará na imediata desclassificação da licitante.

**10.22.7** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **11. DA FASE DE JULGAMENTO:**

**11.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7.3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

### **11.1.1 SICAF.**

**11.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

**11.1.3** Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**11.1.4** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ( [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) ).

**11.1.5** Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>).

**11.1.6** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 11.1.2, 11.1.4 e 11.1.5 acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU ( <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br> )

**11.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**11.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**11.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**11.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**11.3.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**11.4** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

**11.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 8.6 deste Edital.

**11.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

**11.7** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**11.7.1** Contiver vícios insanáveis.

**11.7.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.

**11.7.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação.

**11.7.4** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

**11.7.5** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**11.8** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**11.8.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **item anterior**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**11.8.1.1** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**11.8.1.2** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**11.9** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**11.10** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**11.10.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.



**11.10.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**11.11** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**11.12** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.12.1** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**11.12.2** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**11.12.3** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**11.12.4** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **12. DA FASE DE HABILITAÇÃO:**

### **12.1 Habilitação jurídica:**

**12.1.1 No caso de empresário individual**, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

**12.1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br).

**12.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

**12.1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis** onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

**12.1.5 No caso de sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

**12.1.6** Decreto de autorização, em se tratando de **sociedade empresária estrangeira** em funcionamento no País.

**12.1.7** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**12.1.8** CPF e Cédula de Identidade do proprietário, diretores ou sócios, caso estes não constem relacionados nos documentos acima.

## **12.2 Regularidade fiscal e trabalhista:**

**12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso.

**12.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**12.2.3 Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos à Regularidade Fiscal perante a Receita Estadual acompanhada da Certidão Negativa de Dívida Ativa, emitida pelo órgão próprio da Procuradoria Geral do Estado.

**12.2.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**

**12.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**12.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**12.2.7 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**12.2.8** caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de **declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio** ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## **12.3 Qualificação Econômico-Financeira:**

**12.3.1 Certidão negativa de Falência ou Concordata ou Insolvência**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitidas até 90 (noventa) dias da data estabelecida no preâmbulo deste Edital, exceto quando dela constar o prazo de validade.

**12.3.1.1** No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou concordata, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo fórum competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

**12.3.1.2** Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

**12.3.2** A licitante sediada em outra Comarca ou Estado deverá apresentar, juntamente com as certidões exigidas, **declaração passada pela autoridade judiciária de sua comarca, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registro que controlam a distribuição de falência ou concordatas**, ou a **Certidão dos Cartórios da Comarca** para fins de Licitação Pública, exceto se a empresa estiver sediada no

Município de ARARUAMA.

**12.3.3 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da datade apresentação da proposta.

**12.3.3.1** Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**I. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):**

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

**II. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):**

- Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

**III. Sociedade criada no exercício em curso:**

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante, ou
- Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

**IV. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:**

- Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

**V. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)** apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

**12.3.4 Comprovação da boa situação financeira** da empresa que será baseada na obtenção dos Índices de Liquidez Geral (ILG), Índice de Solvência Geral (ISG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC), devendo ser

demonstrados pelos licitantes e assinados por seus contadores devidamente registrado no CRC podendo ser utilizado o **modelo (Anexo V – Análise Econômico-financeira)**, acompanhado da Certidão de Habilitação Profissional, conforme Resolução CFC Nº 1637/2021, através das fórmulas abaixo. Para ser considerada habilitada a empresa deverá possuir os seguintes resultados:

**Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00. Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00. Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.**

Fórmulas

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP)$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante PC = Passivo Circulante

**12.3.5 Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido** igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, na forma da Lei.

## **12.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**12.4.1** Para comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução ou fornecimento de solução tecnológica compatível com o objeto da presente contratação.

**12.4.2** Serão considerados compatíveis os serviços relacionados à implantação, fornecimento, manutenção ou suporte de sistemas de gestão de dados fiscais, tributários, administrativos ou soluções tecnológicas de complexidade equivalente.

**12.4.3** Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica.

**12.5 DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES:**

**12.5.1 Modelo de Declaração Unificada – Anexo IV**

**12.6** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**12.7** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**12.8** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**12.9** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**12.10** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por ou perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

**12.11** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**12.12** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**12.13** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**12.14** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**12.15** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**12.15.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**12.15.1.1** Nos casos de declarações e documentos escaneados cuja assinatura não possua chancela para verificação em sítio eletrônico ou não atenda aos requisitos do Decreto Federal 10.543/2020, poderá o

pregoeiro convocar a licitante para no prazo de 2 (dois) dias úteis apresentar documento original para autenticação por servidor da comissão de pregão eletrônico, sob pena de invalidação do documento.

**12.16** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**12.16.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**12.17** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**12.17.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**.

**12.18** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, Os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

**12.19** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**12.19.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**12.19.2** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**12.19.3** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência Lei 14.133/21, art. 64.

**12.19.4** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**12.19.5** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**12.20** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**12.21** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 12.17.1.

**12.22** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**12.23** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.



**12.24** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### **13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:**

**13.1** A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

**13.1.1** A PROPOSTA DE PREÇOS poderá ser elaborada conforme Anexo III – MODELO deste Edital, obedecidas as disposições do Termo de Referência (Anexo I).

**13.1.2** Na PROPOSTA DE PREÇOS deverão constar os seguintes elementos:

**a)** Razão social, CNPJ (que deverá ser o mesmo para a PROPOSTA DE PREÇOS e Nota Fiscal), endereço completo, número de telefone e e-mail.

**b)** Especificações técnicas, marcas, modelo, e outros elementos exigidos no TERMO DE REFERÊNCIA (Anexo I), de modo a identificar o serviço e/ou fornecimento ofertado e atender ao disposto no art. 31, da Lei nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**c)** Preços unitário e total em moeda corrente do País, em algarismos, com 2 (duas) casas decimais após a vírgula, para todos os itens que compõem a proposta.

**d)** Data e assinatura do representante legal do licitante, com a identificação de seu nome abaixo da assinatura.

**e)** Nos preços ofertados já deverão estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e as despesas decorrentes da execução do objeto.

**f)** Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com a proposta apresentada.

**g)** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**13.2** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**13.3** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**13.4** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

**13.4.1** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

**13.5** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**13.5.1** Serão desclassificadas ainda as propostas que:

**a)** Estiverem incompletas, isto é, não contiverem informações suficientemente claras de forma a permitir a perfeita identificação quantitativa e qualitativa do proposto.

- b)** Contiverem qualquer limitação ou condição divergente do presente Edital.
- c)** Que estiverem em desacordo com as condições do presente documento.
- d)** Estiverem em desacordo com as especificações dos itens constantes neste documento.
- e)** Sejam omissas, apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.
- f)** Que contiver emendas, rasuras ou entrelinhas, que dificultem o seu perfeito entendimento ou que possam comprometer a lisura do certame e quaisquer vícios que forem consideradas insanáveis pela comissão de seleção.
- g)** A proposta não poderá impor condições ou conter opções.

**13.6** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**13.7** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**13.8** O pregoeiro não se responsabilizará por propostas que não sejam entregues nos prazos definidos neste Edital.

**13.9** Falhas meramente formais poderão, após a análise, serem sanadas pelo pregoeiro, desde que não caracterizem tratamento diferenciado em relação aos demais participantes.

#### **14. PROVA DE CONCEITO**

**14.1** A Prova de Conceito (PoC) tem por finalidade verificar, de forma prática e objetiva, a aderência da solução ofertada às exigências técnicas estabelecidas pela Administração, bem como sua capacidade de atendimento aos requisitos mínimos de desempenho, usabilidade, segurança, estabilidade e compatibilidade previstos neste instrumento convocatório.

**14.2** Todos os parâmetros, critérios de avaliação, funcionalidades obrigatórias, etapas, condições de execução e resultados esperados da PoC encontram-se integralmente descritos no Termo de Referência – Anexo I, parte inseparável deste Edital, devendo as licitantes observar rigorosamente as especificações ali estabelecidas.

**14.3** A apresentação da PoC deverá atender, no mínimo, aos requisitos expressos no Termo de Referência, não sendo admitidas soluções que se afastem dos padrões técnicos definidos pela Administração ou que apresentem limitações que comprometam a integridade, segurança, rastreabilidade ou o adequado funcionamento da solução.

**14.4** A PoC constitui etapa obrigatória do certame, de caráter eliminatório, podendo ser solicitadas demonstrações adicionais ou esclarecimentos complementares, caso necessários para avaliação técnica da solução apresentada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**14.5** O não atendimento integral aos parâmetros constantes do Termo de Referência acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das demais disposições deste Edital.

#### **15. DOS RECURSOS:**

**15.1** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempreendedor individual, microempresas ou empresas de pequeno porte, se for o caso, será

concedido prazo para que qualquer licitante manifeste intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretente recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

**15.2** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**15.3** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**15.4** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**15.4.1** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

**15.4.2** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**15.4.3** O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**15.5** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**15.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**15.7** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**15.8** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**15.9** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**15.10** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**15.11** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**16.1** A sessão pública poderá ser reaberta:

**16.1.1** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**16.1.2** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**16.2** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**16.2.1** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório, podendo também ser disponibilizada no sítio eletrônico <https://www.araruama.rj.gov.br/>.

**16.2.2** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **17. DA GARANTIA**

**17.1** Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas no contrato, será exigida da contratada a prestação de garantia contratual, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**17.2** A garantia contratual tem por finalidade assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, bem como cobrir eventuais prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela contratada.

### **17.3 Modalidades da Garantia**

**17.3.1** A garantia poderá ser prestada em qualquer das seguintes modalidades:

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- Seguro-garantia;
- Fiança bancária.

### **17.4 Prazo para Apresentação da Garantia**

**17.4.1** A garantia contratual deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada.

**17.4.2** O não cumprimento dessa exigência poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

### **17.5 Manutenção da Garantia**

**17.5.1** A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato.

**17.5.2** Nos casos de prorrogação contratual, a garantia deverá ser renovada ou complementada, de modo a manter o percentual estabelecido sobre o valor atualizado do contrato.

### **17.6 Execução da Garantia**

**17.6.1** A garantia poderá ser executada pela Administração nas seguintes hipóteses, entre outras previstas na legislação aplicável:

- inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais;
- prejuízos causados à Administração decorrentes de falha na execução do contrato;
- aplicação de multas contratuais não quitadas pela contratada.

### **17.7 Liberação da Garantia**

**17.7.1** A garantia contratual será liberada ou restituída após o cumprimento integral das obrigações

assumidas pela contratada e a emissão do termo de recebimento definitivo do objeto, observadas as disposições legais aplicáveis.

## **18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

**18.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação.

## **19. DO TERMO DE CONTRATO:**

**19.1** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato.

**19.2** As informações referentes à elaboração, formalização e gestão do Contrato encontram-se integralmente descritas no Termo de Referência, que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos do art. 18, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021.

**19.3** O Termo de Referência detalha as condições de vigência, prorrogação, critérios de utilização, obrigações das partes e demais aspectos operacionais relacionados ao Contrato decorrente deste certame.

## **20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:**

**20.1** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **21. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:**

### **21.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**21.1.1** As obrigações e responsabilidades da contratada encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

### **21.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**21.2.1** As obrigações e responsabilidades da contratante encontram-se integralmente definidas no Termo de Referência, que integra este Edital como anexo e com ele mantém relação de vinculação e complementaridade, devendo ser rigorosamente observadas para todos os efeitos legais e contratuais.

## **22. DO PAGAMENTO:**

**22.1** As condições de pagamento aplicáveis à presente contratação estão integralmente descritas no Termo de Referência, documento que constitui parte integrante e indissociável deste Edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**22.2** O Termo de Referência estabelece os critérios, prazos, forma e periodicidade de pagamento, bem como os procedimentos de medição, atesto e liquidação das despesas, observadas as disposições legais, regulamentares e contratuais pertinentes.

## **23. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:**

**23.1** As sanções administrativas decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais encontram-se estabelecidas no Termo de Referência, o qual integra este Edital como anexo vinculante e deverá ser observado para todos os efeitos legais, nos termos dos arts. 155 a 159 da Lei nº 14.133/2021.

## **24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:**

**24.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**24.2** A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, através do sistema pelo site <https://www.licitanet.com.br/> ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida John Kennedy, 120 – Centro Araruama/RJ – CEP 28979-087, nos dias úteis das 09:00 às 17:00 horas.

**24.3** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo encaminhá-la para a autoridade competente ou procuradoria jurídica, com encaminhamento publicação de cópia da resposta no Portal da Transparência - <https://www.araruama.rj.gov.br/> e <https://www.licitanet.com.br/>, para ciência de todos os interessados.

**24.4** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**24.5** A resposta à impugnação será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**24.6** As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

**24.6.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

## **25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**25.1** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**25.2** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**25.3** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**25.4** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**25.5** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**25.6** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**25.7** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**25.8** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**25.9** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**25.10** Será vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme art. 82, VIII da Lei 14133/2021.

**25.11** O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal da Transparência, através do endereço eletrônico <https://www.araruama.rj.gov.br/>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida John Kenney, 120 – Centro – Araruama/RJ – CEP 28979-087, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 18:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**25.12 Integram este Edital os seguintes Anexos:**

- 25.12.1** – ANEXO I – Termo de Referência;
- 25.12.2** – Anexo II – Modelo Proposta de Fornecimento;
- 25.12.3** – ANEXO III – Valor Estimado;
- 25.12.4** – ANEXO IV– Modelo de Declaração Unificada;
- 25.12.5** – ANEXO V – Análise Econômico-Financeira;
- 25.12.6** ANEXO VI – Minuta do Termo de Contrato.

Araruama, 27 de maio de 2026.

**IVONE NUNES DOS SANTOS PIVANTI**  
**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO**

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. OBJETO**

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de software destinado ao gerenciamento, tratamento e análise de dados fiscais relacionados ao Valor Adicionado (VA) das empresas e produtores rurais estabelecidos no Município de Araruama, com a finalidade de apoiar a Administração Municipal no acompanhamento das informações utilizadas na apuração do Índice de Participação dos Municípios – IPM, incluindo os serviços necessários à implantação da solução, conversão e higienização de dados, treinamento de usuários e suporte técnico durante a vigência contratual.

A solução tecnológica deverá ser disponibilizada em ambiente de computação em nuvem, permitindo o acesso seguro pelos servidores autorizados da Administração Municipal, com funcionalidades voltadas à consolidação, análise e acompanhamento das informações fiscais relacionadas às declarações utilizadas na apuração do Valor Adicionado Fiscal.

A contratação será realizada mediante pregão eletrônico, pelo critério de menor preço global, tratando-se de serviço comum de tecnologia da informação e comunicação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VLR UNIT (R\$)	VLR TOT (R\$)
1	Implantação de software, conversão e higienização de dados, treinamento e suporte técnico	UND	1	R\$ 115.750,00	R\$ 115.750,00
2	Licenças de uso de software para gestão integrada dos serviços aos contribuintes de ICMS, inclusive o controle e gerenciamento da produção agrícola gerenciada pelo Núcleo de Atendimento ao Contribuinte e aos servidores que trabalham no setor, com foco no aumento da arrecadação e incremento do Índice de Participação dos Municípios – IPM	MÊS	12	R\$ 66.546,66	R\$ 798.559,92

Os quantitativos estimados apresentados na tabela acima correspondem às necessidades da Administração Municipal para a implantação e utilização da solução tecnológica destinada ao gerenciamento e análise das informações fiscais relacionadas ao Valor Adicionado (VA), conforme detalhamento e justificativas constantes nos itens específicos deste Termo de Referência.

#### **2. FUNDAMENTAÇÃO**

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de aprimoramento dos instrumentos de gestão, acompanhamento e análise das informações fiscais relacionadas ao Valor Adicionado (VA) das empresas e produtores rurais estabelecidos no Município de Araruama, dados estes utilizados na composição do

Índice de Participação dos Municípios – IPM, que determina a parcela da arrecadação do ICMS a ser transferida ao ente municipal.

A correta apuração do Valor Adicionado constitui elemento fundamental para assegurar que a participação do Município na repartição constitucional do ICMS reflita adequadamente a movimentação econômica local. Nesse contexto, torna-se essencial que a Administração Municipal disponha de ferramentas tecnológicas que permitam o tratamento estruturado das informações fiscais disponibilizadas pelos órgãos fazendários estaduais, especialmente aquelas relacionadas às declarações utilizadas na apuração do IPM.

Atualmente, o volume e a complexidade dos dados fiscais disponibilizados pelos órgãos estaduais demandam tratamento técnico especializado e utilização de soluções tecnológicas capazes de consolidar, organizar e analisar essas informações de forma eficiente. A ausência de ferramentas adequadas pode dificultar a identificação de inconsistências, omissões ou divergências nas declarações prestadas pelos contribuintes, com potencial impacto na correta apuração do Valor Adicionado atribuído ao Município.

Nesse sentido, a contratação de solução tecnológica especializada permitirá aprimorar os mecanismos de acompanhamento das informações fiscais, fortalecer as atividades de gestão tributária municipal e ampliar a capacidade de análise das declarações apresentadas pelos contribuintes, contribuindo para maior eficiência administrativa e para o fortalecimento da gestão das receitas públicas municipais.

A definição da solução tecnológica adotada, bem como a análise das alternativas disponíveis no mercado, os requisitos técnicos da contratação e a justificativa dos quantitativos estimados encontram-se devidamente detalhadas no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado previamente ao presente Termo de Referência, o qual integra o processo administrativo de contratação e constitui o principal instrumento de planejamento da solução pretendida.

Conforme demonstrado no referido Estudo Técnico Preliminar, a contratação de solução tecnológica disponibilizada em ambiente de computação em nuvem, no modelo de Software como Serviço (SaaS), mostrou-se a alternativa tecnicamente mais adequada e economicamente mais vantajosa para atendimento das necessidades da Administração Municipal, considerando aspectos relacionados à agilidade de implantação, atualização tecnológica contínua, redução de custos de infraestrutura e maior eficiência operacional.

Os quantitativos estimados para a contratação foram definidos com base na demanda operacional da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, considerando a necessidade de implantação inicial da solução tecnológica e a disponibilização contínua da plataforma durante o período contratual, permitindo o acompanhamento permanente das informações fiscais relacionadas ao Valor Adicionado e ao Índice de Participação dos Municípios.

Dessa forma, a presente contratação encontra-se devidamente fundamentada no interesse público de modernização dos instrumentos de gestão fiscal municipal, no fortalecimento da capacidade administrativa da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento e na melhoria dos mecanismos de controle e acompanhamento das receitas públicas.

### **3. MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA**

A presente contratação será realizada por meio de licitação na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviço comum de tecnologia da informação e comunicação, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser

objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

A escolha da modalidade pregão mostra-se adequada à natureza do objeto, uma vez que a solução tecnológica a ser contratada possui características padronizadas e amplamente disponíveis no mercado, permitindo a comparação objetiva entre propostas e a ampliação da competitividade entre os licitantes.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço, considerando o valor global da contratação, tendo em vista que os serviços que compõem o objeto apresentam elevado grau de interdependência técnica e operacional, sendo recomendada sua execução de forma integrada por um único fornecedor, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

A adoção do critério de menor preço global contribui para assegurar maior eficiência administrativa, simplificar a gestão contratual e evitar eventuais incompatibilidades técnicas decorrentes da execução do objeto por diferentes prestadores de serviço.

O modo de disputa adotado será o modo aberto, nos termos da legislação aplicável, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, possibilitando maior competitividade e transparência ao procedimento licitatório.

A combinação entre pregão eletrônico, critério de julgamento pelo menor preço global e modo de disputa aberto mostra-se adequada às características do objeto e às condições do mercado, favorecendo a ampla participação de fornecedores, a competitividade entre as propostas e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em observância aos princípios da isonomia, da eficiência, da economicidade e da transparência que regem as contratações públicas.

#### **4. ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS**

A contratação da solução tecnológica objeto deste Termo de Referência encontra-se alinhada às necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, especialmente no que se refere ao aprimoramento dos processos de gestão, acompanhamento e análise das informações fiscais relacionadas ao Valor Adicionado (VA) das empresas e produtores rurais estabelecidos no Município.

A solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) a ser contratada tem como objetivo apoiar e aprimorar atividades essenciais da administração tributária municipal, especialmente aquelas relacionadas ao acompanhamento das declarações fiscais utilizadas na apuração do Índice de Participação dos Municípios – IPM, que influencia diretamente a participação do Município na repartição da arrecadação do ICMS estadual.

Nesse contexto, a solução tecnológica contribuirá para o aprimoramento dos seguintes processos institucionais:

- acompanhamento e análise das informações fiscais disponibilizadas pelos órgãos fazendários estaduais;
- monitoramento das declarações fiscais apresentadas por empresas e produtores rurais estabelecidos no Município;
- identificação de inconsistências, divergências ou omissões nas informações declaradas;
- geração de relatórios gerenciais e analíticos que subsidiem a atuação da administração tributária municipal;

- organização e consolidação das informações fiscais utilizadas na apuração do Valor Adicionado e do Índice de Participação dos Municípios.

A utilização de solução tecnológica especializada permitirá maior eficiência no tratamento das informações fiscais, reduzindo a necessidade de procedimentos manuais de análise de dados e possibilitando que os servidores responsáveis concentrem seus esforços em atividades estratégicas de acompanhamento, fiscalização e orientação aos contribuintes.

Além disso, a adoção da solução tecnológica proporcionará benefícios relevantes para a Administração Pública, tais como:

- maior confiabilidade e organização das informações fiscais utilizadas pela administração tributária municipal;
- aumento da eficiência administrativa na análise e acompanhamento das declarações fiscais;
- melhoria na geração de relatórios gerenciais e informações estratégicas para tomada de decisão;
- fortalecimento dos mecanismos de controle da base econômica municipal;
- maior capacidade de identificação de inconsistências que possam impactar a apuração do Valor Adicionado.

No que se refere à infraestrutura tecnológica da Administração Municipal, a solução pretendida apresenta compatibilidade com o ambiente tecnológico atualmente utilizado, uma vez que será disponibilizada em ambiente de computação em nuvem, permitindo acesso remoto por meio de navegadores web amplamente utilizados, sem necessidade de instalação de softwares complexos nos equipamentos da Administração.

Esse modelo reduz a necessidade de investimentos em infraestrutura tecnológica local, simplifica a gestão da solução e contribui para maior disponibilidade e continuidade dos serviços.

Dessa forma, verifica-se que a contratação da solução tecnológica se encontra plenamente alinhada às necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, contribuindo para a modernização da gestão fiscal municipal, para o fortalecimento da capacidade administrativa do órgão e para o aprimoramento dos mecanismos de acompanhamento das receitas públicas.

## **5. REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÕES DE TIC**

A contratação objeto deste Termo de Referência envolve a disponibilização de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) destinada ao gerenciamento, tratamento e análise das informações fiscais relacionadas ao Valor Adicionado (VA) das empresas e produtores rurais estabelecidos no Município.

Dessa forma, a solução tecnológica a ser contratada deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais e de desempenho descritos a seguir, os quais visam assegurar a adequada execução do objeto, a confiabilidade das informações tratadas e a continuidade dos serviços prestados à Administração.

### **5.1 Glossário de Termos Técnicos**

Para fins deste Termo de Referência, aplicam-se os seguintes conceitos:

**Solução de TIC:** conjunto de recursos tecnológicos, softwares, infraestrutura e serviços necessários à disponibilização e operação do sistema contratado.

**Software como Serviço (SaaS):** modelo de disponibilização de software em ambiente de computação em nuvem, no qual o acesso ao sistema é realizado por meio da internet, sem necessidade de instalação local nos equipamentos da Administração.

**Nível de Serviço (SLA – Service Level Agreement):** conjunto de parâmetros que define os níveis mínimos de disponibilidade, desempenho e suporte técnico que deverão ser garantidos pela contratada durante a vigência contratual.

**Suporte técnico:** serviço de atendimento destinado à resolução de dúvidas operacionais, correção de falhas ou inconsistências e manutenção da solução tecnológica disponibilizada.

## 5.2 Arquitetura Tecnológica da Solução

A solução tecnológica deverá ser disponibilizada em ambiente de computação em nuvem, no modelo de Software como Serviço (SaaS), permitindo acesso remoto pelos usuários autorizados da Administração por meio de navegadores de internet amplamente utilizados.

A arquitetura da solução deverá contemplar, no mínimo:

- ambiente seguro para armazenamento e processamento das informações fiscais;
- controle de acesso por usuários e perfis de permissão;
- registro de logs ou histórico de operações realizadas no sistema;
- mecanismos de proteção das informações armazenadas;
- disponibilidade de acesso remoto por meio da internet.

A solução deverá garantir a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações tratadas pelo sistema, observando as boas práticas de segurança da informação aplicáveis às soluções de TIC.

## 5.3 Níveis Mínimos de Serviço (NMS)

A contratada deverá garantir níveis mínimos de disponibilidade e desempenho da solução tecnológica durante toda a vigência contratual.

Nesse sentido, deverão ser observados, no mínimo, os seguintes parâmetros:

- disponibilidade mínima do sistema de 99,5% do tempo mensal;
- disponibilização de suporte técnico durante dias úteis e horário comercial;
- atendimento a solicitações de suporte por meio de canais eletrônicos ou remotos;
- correção de falhas ou inconsistências identificadas no sistema.

Os níveis de serviço deverão ser monitorados durante a execução contratual, podendo ser aplicadas medidas corretivas ou sanções administrativas em caso de descumprimento das condições estabelecidas.

Para fins de atendimento às solicitações de suporte técnico e correção de falhas, deverão ser



observados, no mínimo, os seguintes parâmetros de nível de serviço:

<b>Tipo de ocorrência</b>	<b>Prazo máximo para início do atendimento</b>	<b>Prazo máximo para solução</b>
Falha crítica que impeça o funcionamento do sistema	até 4 horas úteis	até 24 horas
Falha média que comprometa parcialmente funcionalidades do sistema	até 8 horas úteis	até 48 horas
Dúvidas operacionais ou solicitações de suporte	até 1 dia útil	até 3 dias úteis

Os prazos acima poderão ser ajustados mediante justificativa técnica devidamente aceita pela Administração.

O descumprimento reiterado dos níveis mínimos de serviço poderá ensejar aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e no contrato.

#### 5.4 Transferência de Conhecimento

A contratada deverá disponibilizar treinamento aos servidores indicados pela Administração, com o objetivo de garantir a adequada utilização da solução tecnológica e o correto aproveitamento de suas funcionalidades.

O processo de transferência de conhecimento deverá contemplar:

- treinamento inicial para utilização do sistema;
- orientações sobre funcionalidades e geração de relatórios;
- disponibilização de manuais ou materiais de apoio aos usuários.

#### 5.5 Documentação da Solução

A solução tecnológica deverá ser acompanhada da documentação necessária à sua adequada utilização pela Administração, incluindo, quando aplicável:

- manuais de utilização do sistema;
- orientações operacionais para utilização das funcionalidades da solução;
- documentação técnica básica necessária ao uso da plataforma.

#### 5.6 Métrica de Mensuração da Solução

Considerando a natureza do objeto da contratação, a mensuração da solução será realizada com base na disponibilização da plataforma tecnológica e na prestação dos serviços associados, especialmente:

- implantação da solução tecnológica;
- disponibilização das licenças de uso da plataforma;
- suporte técnico e manutenção da solução durante o período contratual.

Dessa forma, não se aplica a utilização de métricas de desenvolvimento de software, tais como contagem de pontos de função, uma vez que a contratação se refere à disponibilização de solução tecnológica já existente no mercado.

#### 5.7 Requisitos Gerais de Segurança da Informação

A solução tecnológica deverá observar boas práticas de segurança da informação, garantindo a proteção dos dados tratados pelo sistema.

Nesse sentido, deverão ser assegurados, no mínimo:

- controle de acesso por usuários e perfis de permissão;
- registro de operações realizadas no sistema;
- proteção das informações armazenadas contra acessos não autorizados;
- mecanismos que garantam a integridade das informações tratadas pela solução.

### 6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Após análise da natureza do objeto e das características da solução tecnológica a ser contratada, conclui-se que não se mostra tecnicamente nem economicamente vantajoso o parcelamento do objeto da contratação.

O objeto deste Termo de Referência consiste na disponibilização de solução tecnológica integrada destinada ao gerenciamento e análise das informações fiscais relacionadas ao Valor Adicionado (VA), incluindo os serviços de implantação da solução, conversão e higienização de dados, treinamento de usuários, licenciamento de uso da plataforma e suporte técnico durante a vigência contratual.

Esses componentes apresentam elevado grau de interdependência técnica e operacional, uma vez que o adequado funcionamento da solução depende da integração entre o sistema disponibilizado, a infraestrutura tecnológica utilizada pelo fornecedor e os serviços de suporte e manutenção associados.

A eventual divisão do objeto entre diferentes fornecedores poderia gerar dificuldades de integração entre os componentes da solução, comprometer a padronização tecnológica adotada pela Administração e dificultar a definição de responsabilidades técnicas pela execução dos serviços, com potencial impacto negativo na continuidade e na qualidade da prestação dos serviços.

Além disso, soluções tecnológicas dessa natureza são usualmente disponibilizadas no mercado de forma integrada, contemplando licenciamento de uso do software, serviços de implantação, suporte técnico e atualização da plataforma em um único modelo de prestação de serviços, o que reforça a viabilidade da contratação unificada.

Nesse sentido, a contratação por preço global mostra-se mais adequada para assegurar a plena execução da solução tecnológica, simplificar a gestão contratual e preservar a eficiência administrativa.

A análise detalhada acerca da inviabilidade do parcelamento do objeto encontra-se devidamente registrada no Estudo Técnico Preliminar que fundamenta a presente contratação, o qual integra o processo administrativo correspondente.

Dessa forma, conclui-se que a execução do objeto por um único fornecedor é a alternativa mais adequada para garantir a eficiência da contratação e o pleno atendimento das necessidades da Administração Pública.

## **7. DO CONSÓRCIO**

Não será admitida a participação de empresas sob a forma de consórcio na presente licitação.

A vedação à participação de consórcios justifica-se em razão das características do objeto da contratação, que consiste na disponibilização de solução tecnológica integrada, incluindo implantação do sistema, conversão e higienização de dados, licenciamento de uso da plataforma e prestação de suporte técnico durante a vigência contratual.

Trata-se de objeto cuja execução exige integração operacional entre os componentes da solução tecnológica, bem como definição clara de responsabilidades técnicas quanto ao funcionamento da plataforma, à manutenção do sistema e à prestação dos serviços de suporte.

A eventual participação de empresas em consórcio poderia dificultar a definição de responsabilidades pela execução dos serviços, gerar riscos à adequada integração da solução tecnológica e tornar mais complexa a gestão e a fiscalização do contrato por parte da Administração.

Adicionalmente, o objeto da contratação não apresenta grau de complexidade técnica ou dimensão econômica que justifique a necessidade de formação de consórcio, sendo amplamente viável a execução integral por empresa individualmente considerada, conforme observado nas práticas usuais do mercado para soluções tecnológicas dessa natureza.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios mostra-se adequada para preservar a eficiência da contratação, simplificar a gestão contratual e assegurar maior clareza na responsabilização pela execução do objeto, sem prejuízo à competitividade do certame.

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução objeto deste Termo de Referência consiste na disponibilização de plataforma tecnológica destinada ao gerenciamento, tratamento e análise das informações fiscais relacionadas ao Valor Adicionado (VA) das empresas e produtores rurais estabelecidos no Município, com o objetivo de apoiar a Administração Municipal no acompanhamento das informações utilizadas na apuração do Índice de Participação dos Municípios – IPM.

A solução deverá ser disponibilizada em ambiente de computação em nuvem, no modelo de Software como Serviço (SaaS), permitindo acesso remoto pelos usuários autorizados da Administração Municipal por meio de navegadores de internet, sem necessidade de instalação local da aplicação.

A solução deverá contemplar, de forma integrada, todas as etapas necessárias à sua adequada implantação, operação e suporte durante a vigência contratual, conforme descrito a seguir.

### **8.1 Implantação da Solução**

A contratada será responsável pela implantação da solução tecnológica, compreendendo as atividades necessárias à disponibilização da plataforma para utilização pela Administração Municipal.

Essa etapa deverá incluir, no mínimo:

- configuração inicial do sistema;
- parametrização da solução conforme as necessidades operacionais da Administração;
- conversão e higienização das bases de dados necessárias ao funcionamento do sistema;

- preparação do ambiente de acesso para os usuários autorizados.

## 8.2 Disponibilização da Plataforma Tecnológica

A solução deverá disponibilizar funcionalidades que permitam o tratamento e análise das informações fiscais relacionadas ao Valor Adicionado (VA), incluindo, entre outras capacidades:

- consolidação e organização das informações fiscais provenientes das declarações utilizadas na apuração do Valor Adicionado;
- consulta e acompanhamento das informações declaradas por empresas e produtores rurais estabelecidos no Município;
- identificação de inconsistências, divergências ou omissões nas informações fiscais analisadas;
- geração de relatórios gerenciais e analíticos que subsidiem a atuação da administração tributária municipal;
- acompanhamento histórico das informações fiscais relacionadas ao Valor Adicionado.

A plataforma deverá permitir acesso por meio de perfis de usuários, possibilitando o controle das permissões de acesso às funcionalidades do sistema.

## 8.3 Suporte Técnico e Manutenção da Solução

Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá disponibilizar serviços de suporte técnico, destinados a garantir o adequado funcionamento da solução tecnológica.

O suporte técnico deverá contemplar, no mínimo:

- atendimento a dúvidas operacionais dos usuários;
- correção de eventuais falhas ou inconsistências no sistema;
- manutenção corretiva e evolutiva da solução tecnológica;
- atualização da plataforma sempre que necessário para adequação a alterações legais ou operacionais relacionadas às declarações fiscais.

## 8.4 Treinamento dos Usuários

A contratada deverá disponibilizar treinamento aos servidores indicados pela Administração, com o objetivo de garantir a correta utilização da solução tecnológica.

O treinamento deverá abranger:

- apresentação das funcionalidades do sistema;
- orientações sobre utilização das ferramentas de análise e geração de relatórios;
- esclarecimento de dúvidas operacionais dos usuários.

## 8.5 Atualizações e Evolução da Solução

A solução tecnológica deverá permanecer atualizada durante toda a vigência contratual, contemplando:

- correções de eventuais falhas identificadas no sistema;
- melhorias de desempenho da plataforma;
- adequações decorrentes de alterações legais ou normativas relacionadas às obrigações fiscais.

#### 8.6 Ciclo de Vida da Solução

A solução tecnológica deverá permanecer disponível e plenamente funcional durante toda a vigência do contrato, garantindo a continuidade dos serviços e a integridade das informações tratadas pela plataforma.

Ao término da contratação, a contratada deverá assegurar que os dados gerados ou armazenados na solução possam ser disponibilizados à Administração em formato eletrônico adequado, permitindo a preservação das informações utilizadas pela Administração Municipal.

### 9. DA EXECUÇÃO

A execução do objeto deverá observar as condições estabelecidas neste Termo de Referência, de forma a garantir a adequada implantação da solução tecnológica, sua disponibilização à Administração Municipal e o pleno funcionamento da plataforma durante toda a vigência contratual.

A contratada será responsável pela implantação da solução, disponibilização das licenças de uso do sistema, suporte técnico, manutenção e demais serviços necessários à adequada execução do objeto contratado.

#### 9.1 Início da Execução dos Serviços

A execução dos serviços terá início após a assinatura do contrato e a emissão da correspondente ordem de serviço ou documento equivalente pela Administração.

A contratada deverá iniciar as atividades de implantação da solução tecnológica no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da ordem de serviço emitida pela Administração.

#### 9.2 Implantação da Solução

A implantação da solução tecnológica deverá contemplar todas as atividades necessárias para disponibilização da plataforma à Administração Municipal, incluindo:

- configuração inicial do sistema;
- parametrização da solução conforme as necessidades da Administração;
- conversão e higienização das bases de dados necessárias ao funcionamento da plataforma;
- preparação do ambiente de acesso aos usuários autorizados.

A implantação deverá ser concluída no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do início da execução dos serviços, salvo justificativa devidamente aceita pela Administração.

#### 9.3 Local de Execução

Considerando que a solução será disponibilizada em ambiente de computação em nuvem, os

serviços serão executados de forma remota, sendo o acesso ao sistema realizado pelos servidores da Administração Municipal por meio da internet.

Eventuais atividades presenciais, quando necessárias, poderão ocorrer nas dependências da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento do Município de Araruama, mediante prévio agendamento entre as partes.

#### 9.4 Recebimento Provisório

Após a conclusão da implantação da solução tecnológica, será realizado o recebimento provisório do objeto, mediante verificação do funcionamento da plataforma e das funcionalidades contratadas.

O recebimento provisório será formalizado pelo fiscal do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da comunicação da contratada acerca da conclusão da implantação.

#### 9.5 Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade da solução tecnológica com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e após a comprovação do adequado funcionamento da plataforma.

O recebimento definitivo será formalizado pela Administração no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, desde que não sejam identificadas pendências ou irregularidades na execução do objeto.

#### 9.6 Verificação de Conformidade

Durante a execução contratual, a Administração poderá realizar procedimentos de verificação de conformidade da solução tecnológica, com o objetivo de assegurar que a plataforma disponibilizada atende às especificações técnicas e funcionais previstas neste Termo de Referência.

Essas verificações poderão incluir:

- testes de funcionamento da plataforma;
- análise das funcionalidades disponibilizadas;
- verificação da estabilidade e disponibilidade do sistema;
- avaliação do atendimento às solicitações de suporte técnico.

#### 9.7 Execução Durante a Vigência Contratual

Após a implantação e disponibilização da solução, a contratada deverá garantir a continuidade do funcionamento da plataforma, bem como a prestação dos serviços de suporte técnico, manutenção e atualização da solução durante todo o período de vigência contratual.

A execução do objeto deverá observar os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência, de modo a assegurar a qualidade, regularidade e eficiência dos serviços prestados à Administração Municipal.

#### 9.8 Indisponibilidade e Manutenção Programada



A contratada deverá comunicar previamente à Administração eventuais manutenções programadas que possam gerar indisponibilidade temporária da solução tecnológica.

As manutenções programadas deverão ser realizadas, preferencialmente, fora do horário de expediente da Administração e comunicadas com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Em caso de indisponibilidade não programada do sistema, a contratada deverá adotar imediatamente as medidas necessárias para restabelecimento da solução, observando os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

## **10. DA GARANTIA**

A solução tecnológica disponibilizada pela contratada deverá possuir garantia de funcionamento durante toda a vigência contratual, abrangendo a correção de eventuais falhas, inconsistências ou defeitos que comprometam a adequada utilização da plataforma pela Administração.

A garantia da solução compreenderá, no mínimo:

- correção de falhas ou erros de funcionamento identificados no sistema;
- manutenção corretiva necessária ao restabelecimento das funcionalidades da plataforma;
- atualização da solução sempre que necessário para assegurar seu adequado funcionamento;
- suporte técnico aos usuários indicados pela Administração.

Durante o período de vigência contratual, a contratada deverá assegurar a continuidade do funcionamento da solução tecnológica, responsabilizando-se pela resolução de eventuais problemas técnicos que possam comprometer o acesso ou a utilização do sistema.

O acionamento da garantia poderá ser realizado pela Administração por meio dos canais de suporte disponibilizados pela contratada, tais como atendimento eletrônico, sistema de chamados ou outros meios adequados de comunicação.

A contratada deverá iniciar o atendimento às solicitações de suporte relacionadas à garantia da solução em prazo compatível com a natureza da demanda, observando os níveis mínimos de serviço estabelecidos neste Termo de Referência.

Ressalta-se que a garantia tratada neste item refere-se exclusivamente ao funcionamento da solução tecnológica e à prestação de suporte técnico, não se confundindo com a garantia contratual eventualmente exigida pela Administração, a qual será disciplinada em item específico deste Termo de Referência e no instrumento contratual correspondente.

## **11. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

A estimativa das quantidades do objeto da contratação foi realizada com base na análise da demanda operacional da Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, considerando as atividades relacionadas ao acompanhamento e análise das informações fiscais das empresas e produtores rurais estabelecidos no Município, especialmente aquelas vinculadas à apuração do Valor Adicionado (VA) utilizado na composição do Índice de Participação dos Municípios.

A definição dos quantitativos considerou a necessidade de implantação inicial da solução tecnológica, bem como a disponibilização contínua da plataforma durante o período contratual, permitindo o

acompanhamento permanente das informações fiscais utilizadas pela Administração Municipal.

Nesse contexto, a estimativa contempla:

- 01 (uma) unidade de serviço de implantação, compreendendo a configuração inicial do sistema, conversão e higienização de dados, treinamento dos usuários e preparação do ambiente operacional da solução;
- 12 (doze) meses de licenciamento de uso da solução tecnológica, permitindo a utilização contínua da plataforma durante todo o período contratual.

A definição do período de 12 meses de licenciamento encontra-se alinhada às práticas usuais de contratação de serviços tecnológicos pela Administração Pública, permitindo o acompanhamento das informações fiscais ao longo de todo o exercício anual.

A definição dos quantitativos levou em consideração a necessidade de implantação inicial da solução tecnológica e a disponibilização contínua da plataforma durante o período contratual, permitindo o acompanhamento permanente das informações fiscais utilizadas na apuração do Valor Adicionado (VA) e do Índice de Participação dos Municípios – IPM.

A implantação da solução demanda a realização de atividades técnicas específicas, tais como configuração do sistema, conversão e higienização das bases de dados existentes, parametrização da plataforma e treinamento dos usuários indicados pela Administração, razão pela qual foi estimada 01 (uma) unidade de serviço de implantação.

Já o licenciamento de uso da solução foi estimado em 12 (doze) meses, período considerado adequado para garantir a continuidade da utilização da plataforma tecnológica ao longo de todo o exercício administrativo, permitindo o acompanhamento das declarações fiscais e a geração de relatórios necessários às atividades da administração tributária municipal.

Adicionalmente, foi realizada análise das contratações vigentes e planejadas no âmbito da Administração Municipal, não sendo identificadas contratações correlatas que possam gerar sobreposição de objetos ou impactar diretamente os quantitativos estimados para a presente contratação.

#### 11.1 Demonstrativo das Quantidades Estimadas

Os quantitativos estimados para a contratação encontram-se detalhados na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD
1	Implantação de software, conversão e higienização de dados, treinamento e suporte técnico	UND	1
2	Licenças de uso de software para gestão integrada dos serviços aos contribuintes de ICMS, inclusive o controle e gerenciamento da produção agrícola gerenciada pelo Núcleo de Atendimento ao Contribuinte e aos servidores que trabalham no setor, com foco no aumento da arrecadação e incremento do Índice de Participação dos Municípios – IPM	MÊS	12

## 12. ESTIMATIVA DE VALORES UNITÁRIOS E GLOBAIS

A estimativa dos valores unitários e globais da contratação foi elaborada com base em pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras da Administração Municipal, observando os parâmetros e critérios estabelecidos na legislação aplicável.

A pesquisa de preços foi conduzida em conformidade com os procedimentos previstos no art. 6º do Decreto Municipal nº 10/2024, que dispõe sobre as regras para formação da estimativa de preços nas contratações públicas no âmbito da Administração Municipal.

Para a formação dos valores estimados, foram considerados os preços obtidos na pesquisa de mercado realizada, sendo adotada como metodologia de consolidação a média dos valores válidos obtidos, conforme demonstrado na Nota Técnica nº 275/2025, constante do presente processo administrativo.

Os documentos que compõem a pesquisa de preços, as memórias de cálculo, as fontes consultadas e os critérios utilizados para a consolidação dos valores encontram-se devidamente juntados aos autos do processo administrativo da contratação.

Com base na pesquisa realizada, foram estimados os seguintes valores máximos unitários e globais para a contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VLR UNIT (R\$)	VLR TOT (R\$)
1	Implantação de software, conversão e higienização de dados, treinamento e suporte técnico	UND	1	R\$ 115.750,00	R\$ 115.750,00
2	Licenças de uso de software para gestão integrada dos serviços aos contribuintes de ICMS, inclusive o controle e gerenciamento da produção agrícola gerenciada pelo Núcleo de Atendimento ao Contribuinte e aos servidores que trabalham no setor, com foco no aumento da arrecadação e incremento do Índice de Participação dos Municípios – IPM	MÊS	12	R\$ 66.546,66	R\$ 798.559,92
VALOR TOTAL:				R\$ 914.309,92	

Valor total estimado da contratação: **R\$ 914.309,92** (novecentos e quatorze mil, trezentos e nove reais e noventa e dois centavos).

As memórias de cálculo, documentos comprobatórios da pesquisa de preços e demais elementos que subsidiaram a formação da estimativa encontram-se anexados ao processo administrativo correspondente, integrando a instrução da presente contratação.

Para fins de transparência e ampla competitividade do certame, não foi adotado orçamento com caráter sigiloso, sendo os valores estimados divulgados no presente Termo de Referência e no instrumento convocatório.

### **13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da futura contratação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente da Administração Municipal, conforme a seguinte classificação orçamentária:

**Programa de Trabalho:** 02.07.041220046.2.030

**Natureza da Despesa:** 3.3.90.40.00.00

**Fontes de Recursos:** 1704 e 1705

A existência de previsão orçamentária compatível com o objeto da contratação demonstra a viabilidade financeira da solução proposta, observadas as normas de execução orçamentária e financeira aplicáveis.

A reserva orçamentária e o respectivo empenho da despesa serão realizados previamente à formalização do contrato, em conformidade com os procedimentos administrativos e a legislação vigente.

### **14. RESERVA DE COTA E EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

Nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, foi avaliada a possibilidade de aplicação dos benefícios destinados às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), especialmente quanto à eventual exclusividade do certame ou à reserva de cota para participação dessas empresas.

Após análise das características do objeto da contratação, verificou-se que não se mostra aplicável a adoção de exclusividade ou de reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, pelas razões a seguir expostas.

O objeto da presente contratação consiste na disponibilização de solução tecnológica integrada, envolvendo implantação da plataforma, conversão e higienização de dados, licenciamento de uso do sistema e prestação de suporte técnico durante toda a vigência contratual.

Conforme demonstrado no item referente ao parcelamento da contratação, os serviços que compõem o objeto apresentam elevado grau de interdependência técnica e operacional, razão pela qual a execução da solução deverá ocorrer de forma integrada por um único fornecedor, sendo inviável a divisão do objeto em parcelas independentes.

Nesse contexto, a eventual reserva de cota para microempresas ou empresas de pequeno porte poderia comprometer a adequada execução da solução tecnológica, além de gerar dificuldades na integração entre os componentes do sistema e na definição de responsabilidades pela execução contratual.

Adicionalmente, a natureza do objeto envolve a disponibilização de solução tecnológica especializada, cuja execução demanda estrutura técnica, capacidade operacional e experiência compatíveis com a complexidade dos serviços a serem prestados.

Dessa forma, conclui-se que a aplicação de exclusividade ou reserva de cota não se mostra adequada às características do objeto da contratação, razão pela qual o certame será realizado com ampla participação de empresas de qualquer porte, assegurando-se, contudo, a aplicação dos demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, quando cabíveis.

## **15. CONDIÇÕES DA PROPOSTA**

As propostas apresentadas pelos licitantes deverão observar as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório, devendo conter todas as informações necessárias à adequada avaliação da oferta apresentada.

O prazo de validade das propostas será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública do certame, salvo disposição diversa prevista no edital.

Os licitantes deverão apresentar proposta contendo o valor global da contratação, considerando todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo, entre outros:

- implantação da solução tecnológica;
- conversão e higienização de dados;
- treinamento dos usuários indicados pela Administração;
- disponibilização das licenças de uso da plataforma durante o período contratual;
- suporte técnico, manutenção e atualização da solução;
- encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e comerciais incidentes;
- despesas administrativas, operacionais e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto.

Os valores apresentados na proposta deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com indicação clara dos valores unitários e do valor global da contratação.

As propostas deverão considerar integralmente as especificações técnicas, condições de execução e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo admitidas propostas que apresentem condições incompatíveis com o objeto da contratação.

O julgamento das propostas será realizado com base no critério de menor preço global, conforme estabelecido neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

## **16. AMOSTRA, EXAME DE CONFORMIDADE E PROVA DE CONCEITO**

Considerando a natureza tecnológica do objeto da contratação e a necessidade de assegurar que a solução ofertada atenda às especificações técnicas e funcionais estabelecidas neste Termo de Referência, a Administração poderá realizar exame de conformidade da solução ofertada, por meio de Prova de Conceito

O exame de conformidade tem por finalidade verificar, de forma prática, se a solução tecnológica apresentada pelo licitante atende aos requisitos técnicos, funcionais e operacionais exigidos para o adequado atendimento das necessidades da Administração.

Não será exigida a apresentação de amostras físicas, tendo em vista que o objeto da contratação consiste na disponibilização de solução tecnológica de software, cuja verificação de conformidade será realizada por meio da demonstração prática do funcionamento do sistema.

### **16.1 Realização do Exame de Conformidade e da Prova de Conceito**

O exame de conformidade da solução ofertada será realizado por meio de Prova de Conceito,

consistente na demonstração prática das funcionalidades da solução tecnológica apresentada pelo licitante, **que deverá atender no mínimo 92% das funcionalidades.**

A Prova de Conceito será exigida exclusivamente do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, após a etapa de lances e antes da adjudicação do objeto.

Caso o licitante convocado não comprove o atendimento às especificações exigidas neste Termo de Referência, será desclassificado, sendo convocado o licitante subsequente na ordem de classificação para realização do respectivo exame de conformidade e prova de conceito.

#### 16.1.1 Prazo para Realização

O licitante convocado deverá disponibilizar a solução para realização da Prova de Conceito no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação realizada pelo Agente de Contratação.

A Administração poderá prorrogar o prazo de forma motivada, caso verifique necessidade técnica devidamente justificada.

#### 16.1.2 Forma de Apresentação

A Prova de Conceito deverá consistir na demonstração prática da solução tecnológica ofertada, devendo o licitante disponibilizar ambiente funcional que permita a verificação das funcionalidades exigidas neste Termo de Referência.

A demonstração poderá ocorrer

- de forma remota, por meio de videoconferência ou acesso ao ambiente do sistema; ou
- de forma presencial, nas dependências da Administração Municipal.

A sessão destinada à realização da Prova de Conceito será pública, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes interessados, assegurada a transparência do procedimento.

#### 16.1.3 Comissão de Avaliação

O exame de conformidade e a avaliação da Prova de Conceito serão realizados por comissão designada pela Administração, composta por servidores com conhecimento técnico compatível com o objeto da contratação.

Compete à comissão:

- verificar a aderência da solução às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- avaliar o funcionamento das funcionalidades exigidas;
- registrar os resultados obtidos durante a avaliação;
- emitir relatório técnico conclusivo quanto à aprovação ou reprovação da solução apresentada.

#### 16.1.4 Critérios de Avaliação



Durante o exame de conformidade e a Prova de Conceito serão avaliados os requisitos mínimos necessários ao atendimento das atividades da Administração, incluindo, no mínimo:

Item	Requerimento	Atendimento pelo Licitante
<b>1</b>	<b>CARACTERÍSTICAS GERAIS</b>	
1.1	Controle da produção agrícola do município	Obrigatório
1.2	Gestão de Atendimentos as pessoas vinculadas as propriedades rurais do município.	Obrigatório
1.3	Deverá possibilitar a organização das informações constantes das colunas de forma crescente ou decrescente, a fim de facilitar a localização dos dados.	Obrigatório
1.4	Deverá possibilitar ao usuário final, ocultar ou exibir colunas da tabela de apresentação dos dados, para facilitar as análises, localização de dados e composição de relatórios.	Obrigatório
1.5	Integração das notas fiscais de produtor rural.	Obrigatório
1.6	Funcionar na plataforma Windows. (XP / Server ou acima)	Obrigatório
1.7	Todos os módulos devem permitir o cadastro, alteração e exclusão de acordo com o perfil do usuário.	Obrigatório
1.8	Controle de acesso ao sistema através do uso de login e senhas (autenticação do usuário).	Obrigatório
1.9	Relatório de utilização do sistema para cada usuário, contendo a data, a hora e as operações realizadas pelo mesmo.	Obrigatório
1.10	Apresentar os dados dos serviços, atendimentos, produtores, propriedades, localidades e empresas em tabelas (linhas e colunas), sendo que cada coluna deverá possibilitar a visualização das informações por ordem crescente ou decrescente, a fim de facilitar a localização dos dados.	Obrigatório
1.11	Possibilitar ocultar ou exibir cada coluna da tabela de apresentação dos dados, para facilitar a visualização dos dados e a impressão dos relatórios gerados pelo sistema.	Obrigatório
1.12	Possibilitar a utilização de filtros para cada coluna da tabela, sendo utilizadas para textos as lógicas: "Contém" e "não contém", "igual" e "diferente de"; para os números: "maior do que", "menor do que", "está entre" e "não está entre", "igual a" e "diferente de" e, para as datas, as lógicas: "maior do que", "menor do que", "está entre" e "não está entre", "é nulo" e "não é nulo".	Obrigatório

1.13	O sistema deverá permitir ao usuário a inclusão, alteração e exclusão dos dados referentes aos cadastros de serviços, atendimentos, produtores, propriedades, localidades e empresas, de acordo com suas permissões de acesso.	Obrigatório
1.14	O sistema deve garantir que todas as suas funcionalidades possam ser operadas pelos usuários, sem necessidade de intervenção de suporte técnico.	Obrigatório
1.15	O software ofertado deverá possibilitar a importação de feições ou conjunto de feições selecionadas, em formato de mercado shape file, kml, das propriedades rurais.	Obrigatório
1.16	Possibilidade de importação do arquivo do tipo shape e kml do Cadastro Ambiental Rural – CAR.	Obrigatório
1.17	Possibilidade de link de imagens orbitais com as coordenadas das propriedades rurais.	Obrigatório
1.18	Possibilitar a inserção de coordenadas geográficas para formação de pontos, linhas e polígonos que defina áreas produtivas e qual o tipo de cultura.	Obrigatório
1.19	Armazenamento de documentos digitalizados.	Obrigatório
1.20	Possibilitar o cadastro e compartilhar as coordenadas geográficas em pontos, linhas e polígono e o conjuntos de tipos de dados georreferenciados.	Obrigatório
1.21	Manter cadastro atualizado dos produtores do município para planejamento das políticas públicas municipais.	Obrigatório
1.22	O Sistema deve integrar-se ao software Google Earth, possibilitando assim a identificação das propriedades rurais em mapa, através da importação do arquivo SHP do cadastro ambiental rural. Dessa maneira é possível realizar o acompanhamento das propriedades rurais que têm atividades agrícolas e não estão emitindo nota fiscal.	Obrigatório
1.23	Possibilitar o acompanhamento dos status de serviços de acordo com as necessidades de cada local de atendimento.	Obrigatório
1.24	Possibilitar o controle do prazo de vencimento de cada serviço realizado pelo município.	Obrigatório
1.25	Relação e quantificação de atendimentos realizados em um determinado período, possibilitando o filtro por tipo de serviço, beneficiado e sua localização.	Obrigatório
1.26	Relação e quantificação de quantas solicitações foram realizadas em um determinado período e, quantas foram finalizadas.	Obrigatório

1.27	Relação e quantificação de pedidos que foram solicitados e que não foram atendidos por cada tipo de serviço, no mês.	Obrigatório
1.28	Possibilitar a emissão de documento para cada tipo de serviço solicitado, podendo ser: Ordem de serviço, Notificações, Autorizações e Declarações	Obrigatório
<b>2</b>	<b>O SISTEMA DEVERÁ GERAR OS SEGUINTE RESULTADOS:</b>	
2.1	Relatório com quantos atendimentos foi realizado em um determinado período, possibilitando o filtro por tipo de serviço e por propriedade.	Obrigatório
2.2	Relatório com quais pessoas, propriedades, setores (regiões) e localidades foram mais atendidas pela Secretaria de Agricultura em um determinado período.	Obrigatório
2.3	Cadastro das coordenadas geográficas da propriedade onde o serviço foi realizado, possibilitando a visualização em mapa de todos os serviços realizados dentro da propriedade (comunidade) selecionada.	Obrigatório
2.4	Relatório de quantos pedidos foram realizados em um determinado período e quantos foram finalizados.	Obrigatório
2.5	Relatórios de quantos pedidos foram solicitados tem mais de 60 dias que não foram finalizados.	Obrigatório
2.6	Relatório com a quantidade de atendimentos rejeitados no período.	Obrigatório
2.7	Relatório com a quantidade de horas de máquinas trabalhadas em determinado período.	Obrigatório
2.8	Relatório de atendimentos realizados por técnicos agrícolas e veterinários em cada propriedade e localidade.	Obrigatório
2.9	Relatório de quantidade de doações em cada propriedade: Ração, Mudanças, Sementes, Bloco de produtor.	Obrigatório
2.10	Relatório de quantidade de hectares para cada atividade do município.	Obrigatório
2.11	Ao selecionar uma propriedade no software, que seja exibida sua localização em um mapa.	Obrigatório
2.12	As Informações de quantas pessoas moram em cada propriedade, nome de cada uma e qual é o vínculo dela com a propriedade;	Obrigatório
2.13	Controle dos diferentes tipos de cultivo e da área cultivada de cada Propriedade.	Obrigatório

2.14	Relatório com quais propriedades possuem irrigação.	Obrigatório
2.15	Geração do histórico da propriedade contendo os dados da propriedade, pessoas vinculadas, atividades da propriedade, resumo da produção agrícola, serviços realizados.	Obrigatório
2.16	Relatório com quantos atendimentos foi realizado em um determinado período, possibilitando o filtro por tipo de serviço e o local a ser atendido	Obrigatório
2.17	Relatório com quais pessoas, propriedades, distritos e localidades foram mais atendidos pela Secretaria de Agricultura em um determinado período.	Obrigatório
2.18	Relatório de quantos dias faltam para serviço ser executado de acordo com data do dia e a data prevista.	Obrigatório
2.19	Relatório com a quantidade de serviços realizados acima da data prevista de no mês.	Obrigatório
2.20	Relatório de atendimentos realizados por técnicos agrícolas e veterinários em cada propriedade, localidade e distrito.	Obrigatório
2.21	Disponibilização de ambiente seguro para armazenamento e processamento das informações fiscais.	Obrigatório
2.22	Garantia de integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações tratadas pelo sistema.	Obrigatório
2.23	Possibilidade de acesso por meio de navegadores web amplamente utilizados, sem necessidade de instalação de softwares complexos nos equipamentos da Administração.	Obrigatório
2.24	Garantia de integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações tratadas pelo sistema.	Obrigatório
2.25	Possibilidade de acesso por meio de navegadores web amplamente utilizados, sem necessidade de instalação de softwares complexos nos equipamentos da Administração.	Obrigatório
2.26	Registro de logs ou histórico de operações realizadas no sistema, possibilitando rastreabilidade das atividades executadas.	Obrigatório
2.27	Controle de acesso por perfis de usuário, permitindo a gestão adequada das permissões de utilização do sistema.	Obrigatório
<b>3</b>	<b>GESTÃO DO VALOR ADICIONADO:</b>	
3.1	O sistema deverá possuir módulo que, após cadastro das informações publicadas pela SEFAZ, deverá gerar as seguintes funções:	Obrigatório

3.2	Cadastro das empresas e produtores que geram valor adicionado fiscal	Obrigatório
3.3	Cadastro das empresas para apuração do VA com regime de tributação do simples nacional, lucro presumido e lucro real	Obrigatório
3.4	O Sistema deve possibilitar a importação do arquivo SPED FISCAL, somar os CFOP relacionados as Entradas e os de saída de forma que demonstre a apuração do valor adicionado fiscal	Obrigatório
3.5	Acompanhamento das variáveis que compõem o IPM, quando de sua divulgação em caráter provisório e definitivo, visando o incremento do valor adicionado e aumento de repasse da Quota-Parte Municipal do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	Obrigatório
3.6	Analisar e utilizar os relatórios disponibilizados pela SEFAZ-RJ em relatórios gerenciais, objetivando uma melhor compreensão e análise correta dos valores utilizados na formação dos VAFs e incremento do IPM;	Obrigatório
3.7	Análise das informações fornecidas pela SEFAZ/RJ e verificação de erros, omissões ou distorções que possam reduzir a arrecadação municipal;	Obrigatório
3.8	Informar os contribuintes em que serão necessários a elaboração de possíveis recursos junto a SEFAZ-RJ, dentro dos prazos estabelecidos e fornecer as informações técnicas necessárias quando da necessidade de ação administrativa ou judicial, em defesa dos interesses do município;	Obrigatório
3.9	Acompanhamento da movimentação econômica das microempresas e empresas de pequeno porte optantes do simples nacional;	Obrigatório
3.10	Acompanhamento das declarações das empresas contribuintes do ICMS que exercem atividade econômica no município, com identificação dos contribuintes sujeitos a declaração, dos omissos e eventuais comunicação a todas as empresas e órgãos envolvidos na apuração;	Obrigatório
3.11	Permitir verificar quais os contribuintes em que serão necessários a elaboração de recursos específicos, corrigindo possíveis erros, omissões ou distorções nas informações fornecidas pela SEFAZ/SP, caso de empresas com atividades de energia elétrica, petróleo e seus lubrificantes e combustíveis, com combustíveis gasosos, etanol ou minério, sediadas no Município, caso haja;	Obrigatório
3.12	Permitir verificar quais os contribuintes em que serão necessários a elaboração das notificações das pessoas físicas e jurídicas omissas	Obrigatório

	na apresentação da EFD e DASN e DEFIS.	
3.13	Permitir verificar quais os contribuintes em que serão necessários a elaboração de recursos específicos, solicitando a inclusão dos valores dos serviços prestados pelos transportadores autônomos (ICMS FRETE);	Obrigatório
3.14	Permitir verificar quais os contribuintes em que serão necessários revisão, retificação e verificação de possíveis erros quando do preenchimento das EFD (Escrituração Fiscal Digital), tais como: distorções, erros de preenchimento, omissões de entrega e informações, município diferente, saldo de estoque negativo, desproporções no faturamento do exercício anterior, informações diferentes das prestadas ao fisco, entre outras.	Obrigatório

A solução será considerada aprovada quando demonstrar o atendimento às funcionalidades mínimas exigidas neste Termo de Referência e quando não forem identificadas falhas que comprometam sua utilização pela Administração.

#### 16.1.5 Registro de Avaliação

A realização do exame de conformidade e da Prova de Conceito será registrada em ata ou relatório técnico, contendo a descrição das verificações realizadas, os resultados obtidos e a conclusão da comissão responsável pela avaliação.

O relatório integrará o processo administrativo da licitação.

#### 16.1.6 Desclassificação

Caso a solução apresentada não atenda às especificações técnicas exigidas neste Termo de Referência, o licitante será desclassificado, sendo convocado o licitante subsequente para realização do respectivo exame de conformidade e prova de conceito.

### 17. REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO

Para fins de habilitação no certame, os licitantes deverão comprovar sua qualificação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

As exigências estabelecidas neste item foram definidas considerando a natureza e a complexidade do objeto da contratação, restringindo-se ao mínimo necessário para assegurar que o futuro contratado possua capacidade técnica e financeira compatível com a execução dos serviços, sem impor restrições indevidas à competitividade do certame.

#### 17.1 Qualificação Jurídica

A qualificação jurídica será comprovada mediante apresentação dos documentos que demonstrem a existência legal da empresa e sua capacidade para exercer as atividades compatíveis com o objeto da contratação, conforme previsto na legislação aplicável.

Para esse fim, poderão ser exigidos, conforme estabelecido no edital:



- ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de suas alterações ou da consolidação respectiva;
- inscrição do ato constitutivo no registro competente, no caso de sociedades civis;
- documentos de eleição ou designação dos administradores, quando aplicável.

#### 17.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será realizada mediante apresentação das certidões e documentos exigidos pela legislação vigente, com o objetivo de demonstrar que o licitante se encontra em situação regular perante os órgãos fazendários e trabalhistas.

Para esse fim, poderão ser exigidos, conforme estabelecido no edital:

- prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- prova de regularidade para com a Fazenda Federal;
- prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e/ou Distrital;
- prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;
- prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

#### 17.3 Qualificação Técnica

Para comprovação da qualificação técnica, o licitante deverá apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução ou fornecimento de solução tecnológica compatível com o objeto da presente contratação.

Serão considerados compatíveis os serviços relacionados à implantação, fornecimento, manutenção ou suporte de sistemas de gestão de dados fiscais, tributários, administrativos ou soluções tecnológicas de complexidade equivalente.

Será admitido o somatório de atestados para fins de comprovação da capacidade técnica.

#### 17.4 Qualificação Econômico-Financeira

A qualificação econômico-financeira dos licitantes será comprovada mediante apresentação de documentos que demonstrem a capacidade da empresa para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação.

Para esse fim, poderão ser exigidos, conforme estabelecido no edital:

- balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social exigível;
- índices contábeis que demonstrem a situação financeira da empresa;
- certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

#### 17.5 Justificativa das Exigências

As exigências de habilitação foram definidas de forma proporcional à natureza do objeto da contratação, considerando que os serviços envolvem a disponibilização de solução tecnológica especializada, incluindo implantação da plataforma, licenciamento de uso do sistema e prestação de suporte técnico durante a vigência contratual.

A comprovação de experiência prévia em serviços compatíveis com o objeto mostra-se necessária para garantir que o futuro contratado possua capacidade técnica adequada para execução dos serviços, assegurando a qualidade e a continuidade da solução tecnológica a ser disponibilizada à Administração.

#### 17.6 Vistoria Técnica

Não será exigida a realização de vistoria técnica prévia, tendo em vista que a solução tecnológica será disponibilizada em ambiente de computação em nuvem e que todas as informações necessárias à elaboração das propostas encontram-se devidamente descritas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

### 18. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução tecnológica a ser contratada deverá atender aos requisitos técnicos, operacionais, administrativos e legais necessários ao adequado atendimento das necessidades da Administração Municipal, observando-se os princípios da proporcionalidade, eficiência e competitividade.

Os requisitos estabelecidos neste item limitam-se àqueles considerados indispensáveis para garantir a correta execução do objeto, evitando exigências excessivas ou restritivas à participação de licitantes.

#### 18.1 Requisitos Funcionais da Solução

A solução tecnológica deverá disponibilizar funcionalidades que permitam o gerenciamento, tratamento e análise das informações fiscais relacionadas ao Valor Adicionado (VA), incluindo, no mínimo:

- consolidação e organização das informações fiscais provenientes das declarações utilizadas na apuração do VA;
- acompanhamento das informações declaradas por empresas e produtores rurais estabelecidos no Município;
- análise e identificação de inconsistências ou divergências nas informações fiscais;
- geração de relatórios gerenciais e analíticos para apoio às atividades da administração tributária municipal;
- consulta histórica das informações fiscais relacionadas ao Valor Adicionado;
- controle de acesso por usuários e perfis de permissão.

#### 18.2 Requisitos Técnicos da Solução

A solução deverá:

- operar em ambiente web, acessível por navegadores de internet amplamente utilizados;
- ser disponibilizada em ambiente de computação em nuvem (SaaS);

- permitir acesso simultâneo por múltiplos usuários;
- possuir mecanismos de controle de acesso por usuários e perfis;
- registrar logs de acesso e de operações realizadas no sistema;
- possuir mecanismos de proteção das informações armazenadas.
- A solução deverá permitir o acesso simultâneo de, no mínimo, 10 usuários, sem prejuízo da expansão futura conforme necessidade da Administração.

### 18.3 Segurança da Informação

A solução tecnológica deverá adotar boas práticas de segurança da informação, incluindo:

- controle de autenticação e autorização de usuários;
- registro de logs de acesso e operações realizadas no sistema;
- proteção das informações contra acessos não autorizados;
- mecanismos de backup e recuperação de dados;
- preservação da integridade das informações armazenadas.

A solução deverá observar, quando aplicável, as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados, além disso a solução deverá utilizar protocolos seguros de comunicação para transmissão de dados pela internet, incluindo criptografia de tráfego por meio de protocolo HTTPS ou tecnologia equivalente.

As informações armazenadas deverão ser protegidas por mecanismos adequados de segurança da informação, incluindo controle de acesso, autenticação de usuários e proteção contra acessos não autorizados.

A solução deverá possuir mecanismos de realização periódica de backup das informações armazenadas, de forma a garantir a recuperação dos dados em caso de falhas técnicas, incidentes de segurança ou outros eventos que possam comprometer a integridade das informações.

### 18.4 Suporte Técnico e Atualizações

Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá disponibilizar:

- suporte técnico aos usuários da Administração;
- manutenção corretiva da solução;
- atualizações necessárias para garantir o adequado funcionamento do sistema;
- adequações decorrentes de alterações legais ou normativas relacionadas às obrigações fiscais.

### 18.5 Treinamento dos Usuários

A contratada deverá disponibilizar treinamento aos servidores indicados pela Administração, abrangendo:

- utilização das funcionalidades do sistema;
- geração de relatórios e consultas;
- orientações operacionais para utilização da plataforma.

#### 18.6 Portabilidade e Disponibilidade de Dados

Ao término da vigência contratual, ou em caso de substituição da solução tecnológica, a contratada deverá assegurar a disponibilização dos dados armazenados no sistema em formato eletrônico estruturado, permitindo sua utilização pela Administração ou por eventual solução tecnológica substituta.

Os dados deverão ser disponibilizados em formato eletrônico estruturado e amplamente utilizado no mercado, tais como CSV, XLS, XML ou formato equivalente, que permita sua leitura e utilização por outras soluções tecnológicas.

#### 18.7 Transição Contratual

Na hipótese de substituição do fornecedor ou encerramento da contratação, a contratada deverá colaborar com o processo de transição da solução tecnológica, garantindo:

- disponibilização das informações armazenadas no sistema;
- transferência de dados para a Administração ou para nova solução tecnológica;
- mitigação de riscos de interrupção dos serviços.

#### 18.8 Continuidade da Solução

A contratada deverá adotar medidas técnicas e operacionais destinadas a assegurar a continuidade da disponibilização da solução tecnológica, incluindo mecanismos de redundância de infraestrutura ou outras medidas que garantam a estabilidade e disponibilidade do sistema.

### 19. DO CONTRATO

A contratação decorrente do presente procedimento licitatório será formalizada por meio de instrumento contratual, a ser celebrado entre a Administração Municipal e o licitante vencedor, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

#### 19.1 Prazo de Vigência

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual ou da data indicada na ordem de início dos serviços.

Considerando a natureza contínua dos serviços de disponibilização e manutenção da solução tecnológica, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, por iguais ou sucessivos períodos, desde que demonstrada a vantagem para a Administração e mantidas as condições de habilitação do contratado.

A duração total do contrato, incluídas as eventuais prorrogações, não poderá ultrapassar 120 (cento e vinte) meses, nos termos do art. 110 da Lei nº 14.133/2021.

#### 19.2 Condições para Prorrogação

A prorrogação contratual poderá ocorrer mediante justificativa da Administração, desde que

atendidos os seguintes requisitos:

- demonstração da vantagem da continuidade da contratação para a Administração;
- manutenção das condições de habilitação da contratada;
- existência de disponibilidade orçamentária;
- concordância entre as partes quanto à prorrogação.

A renovação se dará por 10 anos conforme previsto nos art. 110 da Lei 14.133/2021 e alterações.

### 19.3 Reajuste de Preços

Os preços contratados poderão ser reajustados para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observando-se o intervalo mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que esta se referir.

O reajuste será aplicado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

#### 19.3.1 Manutenção no Equilíbrio Econômico-Financeiro

Além do reajuste anual, poderá ser solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando comprovada a ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que impactem significativamente os custos da execução contratual, nos termos da legislação aplicável.

### 19.4 Assinatura do Contrato

O adjudicatário será convocado formalmente pela Administração para assinatura do contrato, devendo comparecer ou manifestar-se no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação.

O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada e aceita pela Administração.

O não comparecimento para assinatura do contrato dentro do prazo estabelecido poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação e a convocação do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

## 20. DA GARANTIA CONTRATUAL

Para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas no contrato, será exigida da contratada a prestação de garantia contratual, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

A garantia contratual tem por finalidade assegurar o cumprimento das obrigações contratuais, bem como cobrir eventuais prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela contratada.

### 20.1 Modalidades da Garantia

A garantia poderá ser prestada em qualquer das seguintes modalidades:

- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

- seguro-garantia;
- fiança bancária

A escolha da modalidade de garantia caberá à contratada.

#### 20.2 Prazo para Apresentação da Garantia

A garantia contratual deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, podendo esse prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação devidamente justificada.

O não cumprimento dessa exigência poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

#### 20.3 Manutenção da Garantia

A garantia deverá permanecer válida durante toda a vigência do contrato.

Nos casos de prorrogação contratual, a garantia deverá ser renovada ou complementada, de modo a manter o percentual estabelecido sobre o valor atualizado do contrato.

#### 20.4 Execução da Garantia

A garantia poderá ser executada pela Administração nas seguintes hipóteses, entre outras previstas na legislação aplicável:

- inadimplemento total ou parcial das obrigações contratuais;
- prejuízos causados à Administração decorrentes de falha na execução do contrato;
- aplicação de multas contratuais não quitadas pela contratada.

#### 20.5 Liberação da Garantia

A garantia contratual será liberada ou restituída após o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada e a emissão do termo de recebimento definitivo do objeto, observadas as disposições legais aplicáveis.

### 21. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante, além de outras previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual:

- designar gestor e fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual;
- fornecer à contratada todas as informações necessárias para a adequada implantação e operação da solução tecnológica;
- disponibilizar os dados e informações necessários para a configuração inicial da solução e eventual conversão de bases de dados;

- indicar os servidores que utilizarão a solução tecnológica e que participarão dos treinamentos disponibilizados pela contratada;
- comunicar à contratada eventuais falhas ou irregularidades verificadas no funcionamento da solução tecnológica;
- permitir o acesso da contratada às informações necessárias à execução dos serviços, observadas as normas de segurança da informação e proteção de dados;
- efetuar o pagamento à contratada pelos serviços prestados, nos prazos e condições estabelecidos no contrato;
- aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado o descumprimento das obrigações contratuais;
- prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada, necessários à execução do objeto contratado.

## **22. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da Contratada, além de outras previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual:

- Executar o objeto contratado em conformidade com as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual.
- Implantar a solução tecnológica no prazo e nas condições estabelecidas pela Administração.
- Realizar a configuração inicial da plataforma, incluindo parametrização do sistema, conversão e higienização de dados quando aplicável.
- Disponibilizar a solução tecnológica em ambiente de computação em nuvem, garantindo o acesso seguro pelos usuários autorizados da Administração.
- Garantir o adequado funcionamento da solução durante toda a vigência contratual.
- Prestar serviços de suporte técnico aos usuários indicados pela Administração, destinados ao esclarecimento de dúvidas e à resolução de eventuais falhas ou inconsistências no sistema.
- Realizar manutenção corretiva da solução tecnológica sempre que identificadas falhas ou problemas que comprometam sua utilização.
- Disponibilizar atualizações da plataforma sempre que necessárias para assegurar o adequado funcionamento da solução ou para adequação a alterações legais ou normativas relacionadas ao objeto.
- Disponibilizar treinamento aos servidores indicados pela Administração para utilização das funcionalidades da solução.
- Assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações tratadas pela solução tecnológica.



- Adotar medidas de segurança da informação compatíveis com as boas práticas aplicáveis às soluções de tecnologia da informação.
- Manter registros de acesso e operações realizadas no sistema, quando aplicável.
- Comunicar à Administração quaisquer ocorrências que possam impactar a execução dos serviços ou a disponibilidade da solução.
- Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- Colaborar com a fiscalização do contrato, prestando os esclarecimentos e fornecendo as informações que lhe forem solicitadas pela Administração.
- Assegurar, ao término da vigência contratual ou em caso de substituição da solução tecnológica, a disponibilização dos dados armazenados no sistema em formato eletrônico adequado, permitindo sua utilização pela Administração.

### **23. DA SUBCONTRATAÇÃO**

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

A vedação à subcontratação total ou parcial do objeto justifica-se em razão da natureza integrada da solução tecnológica a ser contratada, que envolve a disponibilização da plataforma, sua implantação, manutenção, suporte técnico e gestão operacional durante toda a vigência contratual.

A execução direta pela contratada é necessária para assegurar a adequada integração entre os componentes da solução tecnológica, garantir a responsabilidade técnica única pela prestação dos serviços e facilitar a gestão e fiscalização do contrato pela Administração.

A eventual subcontratação poderia gerar fragmentação de responsabilidades, dificultar a identificação de eventuais falhas na execução contratual e comprometer a eficiência operacional da solução tecnológica disponibilizada à Administração.

Dessa forma, a execução integral do objeto por um único fornecedor mostra-se medida adequada para assegurar a qualidade, a continuidade e a adequada gestão da solução tecnológica contratada.

### **24. DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL, SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO**

A execução do objeto contratado envolve a disponibilização de solução tecnológica para tratamento e análise de informações fiscais da Administração Municipal, devendo ser observadas as disposições relativas à propriedade intelectual da solução, à titularidade dos dados utilizados no sistema, ao sigilo das informações e à segurança da informação.

#### **24.1 Propriedade Intelectual da Solução**

A solução tecnológica disponibilizada no âmbito desta contratação constitui produto protegido por direitos autorais e de propriedade intelectual da contratada ou de terceiros por ela licenciados.

A presente contratação não implica cessão ou transferência de direitos de propriedade intelectual da solução tecnológica à Administração, sendo concedido à contratante direito de uso da plataforma durante o período de vigência contratual, nos termos estabelecidos neste

Termo de Referência e no instrumento contratual.

A contratada permanece titular dos direitos autorais e de propriedade intelectual sobre o software, suas funcionalidades, códigos, atualizações e demais componentes da solução tecnológica.

#### 24.2 Titularidade dos Dados

Todos os dados, informações, registros e documentos inseridos, armazenados ou processados na solução tecnológica durante a execução contratual são de propriedade exclusiva da Administração Municipal.

Os relatórios, análises e informações geradas a partir do tratamento dos dados inseridos no sistema também serão considerados propriedade da Administração.

A contratada não poderá utilizar tais informações para qualquer finalidade diversa da execução do contrato, sendo vedada sua reprodução, divulgação ou utilização para fins comerciais, estatísticos ou quaisquer outros que não estejam diretamente relacionados à execução do objeto contratado.

Ao término da vigência contratual, ou em caso de rescisão do contrato, a contratada deverá assegurar à Administração o acesso integral aos dados armazenados no sistema, disponibilizando-os em formato eletrônico estruturado, que permita sua utilização pela Administração ou por eventual solução tecnológica substituta.

#### 24.3 Sigilo das Informações

A contratada deverá manter sigilo absoluto sobre todas as informações, dados e documentos a que tiver acesso em razão da execução do contrato.

Essa obrigação abrange, entre outros:

informações fiscais relacionadas aos contribuintes estabelecidos no Município

informações administrativas da Administração Municipal

dados e documentos disponibilizados para operação da solução tecnológica

A obrigação de sigilo permanecerá vigente mesmo após o encerramento do contrato.

#### 24.4 Segurança da Informação

A contratada deverá adotar medidas adequadas de segurança da informação para proteger os dados tratados pela solução tecnológica, garantindo sua confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Para esse fim, deverão ser adotadas, no mínimo, as seguintes medidas:

controle de acesso ao sistema por usuários autorizados

registro de acessos e operações realizadas na plataforma

proteção das informações contra acessos não autorizados

mecanismos de backup e recuperação de dados

adoção de boas práticas de segurança da informação aplicáveis a soluções de tecnologia da

informação

#### 24.5 Proteção de Dados Pessoais

Quando aplicável, a contratada deverá observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), adotando as medidas necessárias para garantir a proteção dos dados pessoais eventualmente tratados durante a execução contratual.

A contratada será responsável por adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados contra acessos não autorizados, vazamentos ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

### 25. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, com o objetivo de assegurar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual.

Para esse fim, serão designados formalmente gestor do contrato e fiscal(is) do contrato, aos quais competirá acompanhar a execução contratual, verificar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada e adotar as providências necessárias para assegurar a regular execução do objeto.

A atuação dos agentes responsáveis pela gestão e fiscalização contratual deverá observar as diretrizes e orientações constantes do Guia de Orientação aos Gestores e Fiscais de Contrato adotado pela Administração Municipal, bem como as disposições da legislação aplicável.

#### 25.1 Gestão do Contrato

Compete ao gestor do contrato coordenar e supervisionar a execução contratual, atuando como interlocutor principal entre a Administração e a contratada, garantindo o adequado acompanhamento da execução do objeto e o cumprimento das condições estabelecidas no contrato.

#### 25.2 Fiscalização do Contrato

A fiscalização do contrato será exercida por servidor designado pela Administração, responsável por acompanhar a execução dos serviços, verificar a conformidade da solução tecnológica com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e registrar eventuais ocorrências relevantes durante a execução contratual.

#### 25.3 Pontos Críticos do Controle

Considerando as características da contratação, a gestão e fiscalização do contrato deverão observar especialmente os seguintes pontos críticos de controle:

- implantação da solução tecnológica dentro dos prazos estabelecidos;
- adequado funcionamento da plataforma disponibilizada;
- disponibilidade da solução tecnológica aos usuários da Administração;
- qualidade e tempestividade do suporte técnico prestado pela contratada;
- correção de eventuais falhas ou inconsistências identificadas no sistema;

- disponibilização e integridade das informações armazenadas na plataforma.

#### 25.4 Registro de Ocorrências

Durante a execução contratual, o gestor e o fiscal do contrato deverão registrar as ocorrências relevantes relacionadas à execução do objeto, podendo solicitar providências da contratada sempre que identificadas falhas, irregularidades ou descumprimento das obrigações contratuais.

#### 25.5 Adoção de Medidas Corretivas

Sempre que constatadas irregularidades na execução contratual, o gestor e o fiscal do contrato deverão adotar as medidas necessárias para sua correção, podendo recomendar a aplicação de sanções administrativas ou outras providências cabíveis, nos termos da legislação aplicável.

#### 25.6 Registro de Incidentes

Eventuais ocorrências relacionadas à indisponibilidade da solução tecnológica, falhas de funcionamento ou problemas operacionais deverão ser registradas pela contratada e comunicadas à Administração, permitindo o acompanhamento pela fiscalização contratual e a adoção das medidas corretivas cabíveis.

### 26. CRITÉRIOS DE PRAZO, MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

A medição da execução contratual será realizada de forma compatível com a natureza do objeto contratado, considerando as etapas de implantação da solução tecnológica e a disponibilização contínua da plataforma durante a vigência do contrato.

A comprovação da execução dos serviços será realizada por meio da verificação do cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, mediante acompanhamento do gestor e do fiscal do contrato.

#### 26.1 Medição dos Serviços

A medição da execução do objeto observará os seguintes critérios:

- A etapa de implantação da solução tecnológica será considerada concluída após a configuração da plataforma, conversão e higienização de dados quando aplicável, realização de treinamento aos usuários e disponibilização da solução para utilização pela Administração.
- A etapa de licenciamento de uso da solução tecnológica será medida mensalmente, considerando a disponibilização contínua da plataforma e a prestação dos serviços de suporte técnico durante o período correspondente.

A medição será formalizada pelo fiscal do contrato, mediante registro de conformidade da execução dos serviços.

#### 26.2 Condições para Pagamento

O pagamento pelos serviços prestados será realizado de acordo com as seguintes condições:

O pagamento referente à implantação da solução tecnológica será efetuado após a conclusão da etapa de implantação e a verificação da conformidade da solução pelo fiscal do contrato.

O pagamento referente às licenças de uso da solução tecnológica será realizado mensalmente, após a comprovação da disponibilização da plataforma e da prestação dos serviços de suporte técnico no período correspondente.

#### **26.3 Documentação para Pagamento**

Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar os documentos exigidos pela Administração, incluindo, quando aplicável:

nota fiscal ou documento equivalente referente aos serviços prestados;

comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida pela legislação;

demaís documentos eventualmente previstos no contrato.

#### **26.4 Prazo para Pagamento**

O pagamento será efetuado pela Administração no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da documentação completa e da verificação da conformidade da execução dos serviços pelo fiscal do contrato, observadas as disposições legais aplicáveis.

#### **26.5 Glosa de Pagamento**

A Administração poderá realizar glosa total ou parcial dos valores devidos, caso sejam identificadas falhas, inconsistências ou descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência ou no instrumento contratual.

Nessa hipótese, o pagamento será realizado apenas em relação à parcela dos serviços efetivamente executados e aceitos pela Administração.

A indisponibilidade injustificada da solução tecnológica poderá ensejar a aplicação de glosa proporcional no pagamento mensal, conforme avaliação da fiscalização contratual.

### **27. DAS SANÇÕES**

O descumprimento das obrigações assumidas pela contratada poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e na minuta contratual padronizada adotada pela Administração Municipal, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Sem prejuízo das penalidades previstas na legislação aplicável, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades específicas relacionadas à execução do objeto:

- Advertência, quando constatadas irregularidades de menor gravidade que não comprometam de forma significativa a execução do contrato.
- Multa moratória em caso de atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais, podendo ser aplicada no percentual de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor da parcela em atraso, limitada ao percentual máximo estabelecido no contrato.
- Multa por inexecução parcial do contrato, aplicada quando constatado o descumprimento parcial das obrigações assumidas, podendo alcançar até 10% (dez por cento) do valor da parcela inadimplida.

- Multa por inexecução total do contrato, aplicada quando caracterizado o descumprimento integral das obrigações contratuais, podendo alcançar até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.
- Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, nos termos da legislação aplicável.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nas hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021.

A aplicação das sanções administrativas observará os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, considerando a gravidade da infração, os prejuízos causados à Administração e as circunstâncias do caso concreto.

## **28. DEMAIS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DO OBJETO**

Além das disposições estabelecidas nos itens anteriores deste Termo de Referência, deverão ser observadas as seguintes condições adicionais necessárias à adequada execução do objeto contratado.

A execução dos serviços deverá observar integralmente as especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e no instrumento contratual.

A contratada deverá cumprir todas as normas legais e regulamentares aplicáveis à execução do objeto, incluindo aquelas relacionadas à segurança da informação, proteção de dados e prestação de serviços de tecnologia da informação.

As comunicações entre a Administração e a contratada relacionadas à execução do contrato deverão ocorrer preferencialmente por meios formais, tais como ofícios, mensagens eletrônicas institucionais ou registros em sistema próprio de acompanhamento contratual.

A contratada deverá manter estrutura técnica e operacional compatível com a execução dos serviços durante toda a vigência contratual, assegurando a continuidade da prestação da solução tecnológica.

A execução do contrato não implicará qualquer vínculo empregatício entre a Administração e os empregados ou colaboradores da contratada, sendo de exclusiva responsabilidade desta o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais decorrentes da execução contratual.

Sempre que necessário para assegurar a adequada execução dos serviços, a contratada deverá colaborar com a Administração no esclarecimento de dúvidas técnicas e na adoção de medidas destinadas à melhoria da utilização da solução tecnológica.

## **29. DISPOSIÇÕES FINAIS**

O presente Termo de Referência constitui documento integrante do processo administrativo destinado à contratação da solução tecnológica descrita neste instrumento, devendo ser observado pelos licitantes, pela contratada e pela Administração durante todas as fases do procedimento licitatório e da execução contratual.

As disposições estabelecidas neste Termo de Referência deverão ser interpretadas em conjunto com o edital da licitação, o instrumento contratual e demais documentos que compõem o processo de contratação, prevalecendo, em caso de divergência, as condições estabelecidas no edital e no contrato, observadas as disposições da legislação aplicável.

Integram o processo administrativo da contratação, para todos os fins, o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Mapa de Riscos e demais documentos que fundamentaram o planejamento da contratação, os quais deverão ser considerados na interpretação e execução das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A execução do contrato deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público, bem como as boas práticas de gestão contratual aplicáveis às contratações públicas.

Eventuais ajustes formais que se façam necessários durante o processamento da licitação ou durante a execução contratual poderão ser realizados pela Administração, desde que não impliquem alteração da essência do objeto, nem prejuízo à competitividade do certame ou ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Os casos omissos serão resolvidos pela Administração com base na legislação aplicável às contratações públicas, especialmente nas disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como nas normas regulamentares e orientações institucionais adotadas pelo Município.

Eventuais controvérsias decorrentes da execução do contrato serão dirimidas no foro da Comarca de Araruama, Estado do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Araruama, 12 de março de 2026

**Victor Emmanuel**

Responsável pela Elaboração do Termo de Referência

Autorizado por:

**Melina Antunes da Silva**

Superintendente de Fase Preparatória

**Ivone Nunes dos Santos Pivanti**

Secretária Municipal de Fazenda e Planejamento



**ANEXO II  
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

“Imprimir em papel timbrado da empresa”

**PROCESSO: xxxx/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxxx/2025**

Estamos encaminhando a esta Prefeitura proposta de preços para **contratação de empresa especializada** \_\_\_\_\_. Para tanto informamos que a validade da mesma é de no mínimo, 60 (sessenta) dias, e o prazo de entrega/execução de todo o material/serviço será de acordo com o termo de referência.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VLR UNIT (R\$)	VLR TOT (R\$)
1	Implantação de software, conversão e higienização de dados, treinamento e suporte técnico	UND	1		
2	Licenças de uso de software para gestão integrada dos serviços aos contribuintes de ICMS, inclusive o controle e gerenciamento da produção agrícola gerenciada pelo Núcleo de Atendimento ao Contribuinte e aos servidores que trabalham no setor, com foco no aumento da arrecadação e incremento do Índice de Participação dos Municípios – IPM	MÊS	12		
VALOR TOTAL:					

Valor total da proposta é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

Razão Social:

CNPJ:

E-mail:

Dados Bancários:

Telefone:

Local/Data:  
(Assinatura/Carimbo Representante Legal)

**ANEXO III**

**VALOR ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Implantação de software, conversão e higienização de dados, treinamento e suporte técnico	UND	1	R\$ 115.750,00	R\$ 115.750,00
2	Licenças de uso de software para gestão integrada dos serviços aos contribuintes de ICMS, inclusive o controle e gerenciamento da produção agrícola gerenciada pelo Núcleo de Atendimento ao Contribuinte e aos servidores que trabalham no setor, com foco no aumento da arrecadação e incremento do Índice de Participação dos Municípios – IPM	MÊS	12	R\$ 66.546,66	R\$ 798.559,92
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 914.309,92</b>	

**ANEXO IV**

**MODELO – DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**Pregão Eletrônico nº: XXXX/2025**

**Processo Administrativo nº: XXXX/2024**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, estado, por meio de seu representante legal abaixo identificado, sob as penas da Lei, para os fins de Habilitação no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_ do Processo Administrativo nº \_\_\_\_\_, que tem por objeto \_\_\_\_\_, vem DECLARAR que:

- 1) Nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, nos enquadrados na situação de ( ) Microempresa, ( ) Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual;**
- 2) Cumpre ao disposto nos incisos XXXIII do art. 70 da Constituição Federal, de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre e não emprega menor de 16 anos, ressalvado, quando for o caso, o menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do modelo anexo ao Decreto Federal nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, que regulamente a Lei nº 9.584, de 27 de outubro de 2002;**
- 3) Não está impedido de contratar com a Administração Pública;**
- 4) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;**
- 5) Não incorre nas demais condições impeditivas da Lei Federal nº 14.133/2021;**
- 6) Que inexistem fatos superveniente impeditivos a sua Habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;**
- 7) Que concorda e submete-se a todas e cada uma das condições impostas pelo referido Pregão Eletrônico Eletrônica e submete-se ao disposto pela Lei 14.133/2021 e Diplomas Complementares;**
- 8) Conhecemos o objeto da Dispensa e os termos constantes no Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ do Processo Administrativo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e seus ANEXOS e do Regulamento bem como temos todas as condições de cumprir as exigências ali contidas no que concerne à apresentação de documentação para fim de Habilitação.**
- 9) Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;**

- 10)** Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 11)** Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;
- 12)** Ocorrerão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços do objeto;
- 13)** Que o ato constitutivo apresentado é o vigente;
- 14)** Que são autênticas as cópias e as assinaturas dos documentos apresentados;
- 15)** Declara, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

**Local, Dia/Mês/Ano**

---

**Assinatura do Representante legal  
RG e CPF**

**ANEXO V**

“Imprimir em papel timbrado da empresa”

**(MODELO)**

**ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA**

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL, ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL e ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE.

$$ILG = (AC + RLP) / (PC + ELP) = X$$

ILG = ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ISG = AT / (PC + ELP) = X$$

ISG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível à Longo Prazo

$$ILC = AC / PC = X$$

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

Os índices calculados, obrigatoriamente, acompanharão as demonstrações contábeis, sendo consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

Liquidez Geral (ILG) = índice maior ou igual a 1,00.

Solvência Geral (ISG) = índice maior ou igual a 1,00.

Liquidez Corrente (ILC) = índice maior ou igual a 1,00.

---

(contador)

**OBS: O DOCUMENTO DEVERÁ CONTER A ASSINATURA DO CONTADOR.**

**ANEXO VI**

**MINUTA DE CONTRATO Nº ...../...., DE CONTRATAÇÃO DE ...., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARARUAMA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE**

**..... E .....**

**MUNICÍPIO DE ARARUAMA**, Estado do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público interno, com sede no Paço Municipal, situado na Avenida John Kennedy, nº 120, Centro, nesta Cidade, inscrito no CNPJ(MF) sob o n.º 28.531.762/0001-33, neste ato representado pela Exma. Sra. Prefeita, Livia Soares Bello da Silva, brasileira, solteira, inscrita no CPF (MF) sob o nº \_\_\_\_\_, portadora da carteira de identidade RG nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada nesta Cidade e o Exmo. Sr. Secretário Municipal de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, brasileiro, solteiro, portador da carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_ residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_ (nome e função), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, doravante denominado **CONTRATADO**, com fundamento no Processo nº \_\_\_\_\_, que se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelos decretos municipais aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico <https://transparencia.araruama.rj.gov.br/>, resolvem celebrar o presente instrumento de Contrato, decorrente *Edital* nº ... mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de \_\_\_\_\_, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e nos anexos do edital.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VLR UNIT (R\$)	VLR TOT (R\$)
1	Implantação de software, conversão e higienização de dados, treinamento e suporte técnico	UND	1		
2	Licenças de uso de software para gestão integrada dos serviços aos contribuintes de ICMS, inclusive o controle e gerenciamento da produção agrícola gerenciada pelo Núcleo de Atendimento ao Contribuinte e aos servidores que trabalham no setor, com foco no aumento da arrecadação e incremento do Índice de Participação dos Municípios – IPM	MÊS	12		
VALOR TOTAL:					

1.3 São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2 O instrumento convocatório, assim considerado o Edital de Licitação ou o Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

1.3.3 A Proposta do **CONTRATADO**, que, em caso de divergência com as condições estabelecidas neste Contrato e nos demais instrumentos anexos, cederá àquelas;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 Havendo qualquer divergência entre as disposições deste instrumento e dos seus Anexos, como o Termo de Referência, prevalecerá o disposto no presente Contrato.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1 O prazo de vigência do contrato será de XX (XXXX) meses a contar da data da sua assinatura, e poderá ser renovado de acordo com o artigo 107 da Lei Federal nº.14.133/2021, será reajustado a cada data-aniversário de acordo com IGP-M acumulado.

2.2 O prazo para a assinatura do contrato será de 2 (dois dias) contados da adjudicação do objeto. O não comparecimento para a assinatura do contrato ensejará na aplicação das sanções cabíveis conforme item 20 do Termo de Referência.

2.2.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o **CONTRATADO**, desde que observados, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, de que a forma dos fornecimentos tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do Contrato, com informações de que os fornecimentos tenham sido realizados regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a Administração mantém interesse na continuidade dos fornecimentos;
- d) manifestação expressa do **CONTRATADO** informando o interesse na prorrogação;
- e) comprovação de que o **CONTRATADO** mantém as condições de habilitação; e
- f) informação quanto à existência de disponibilidade orçamentário-financeira para as despesas vindouras.

2.3 O **CONTRATADO** não tem direito subjetivo à prorrogação do prazo de vigência contratual.

2.4 A prorrogação do Contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

2.5 O Contrato não poderá ser prorrogado quando o **CONTRATADO** tiver sido penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o Poder Público, observadas as abrangências de aplicação.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS**

3.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Contrato.



#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 - Será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1 O valor do contratação é de R\$ ..... (.....).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 Os pagamentos devidos ao **CONTRATADO** dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1 Os pagamentos serão efetuados pela Administração Municipal em moeda corrente nacional, em XX dias, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.2 A Contratada não poderá suspender o cumprimento de suas obrigações e deverá tolerar possíveis atrasos de pagamento nos termos previstos no inciso IV, § 2º, Artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1 Os critérios de reajustes são aqueles previstos no TR, anexo ao edital.

#### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 - As obrigações da contratante são aquelas discriminadas no TR.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. – As obrigações do contratado são aquelas discriminadas no TR.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1 Em conformidade com o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida da contratada a prestação de garantia contratual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado do contrato, como condição para assinatura do contrato, com o objetivo de assegurar o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas. A garantia poderá ser prestada, à escolha da contratada, por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

10.2 A garantia será devolvida após o término do contrato, mediante comprovação da plena execução contratual, emissão de termo de recebimento definitivo e ausência de pendências administrativas ou financeiras. No caso de inadimplemento parcial ou total do contrato, a Administração poderá utilizar o valor da garantia para cobrir prejuízos sofridos, sem prejuízo das demais sanções legais.

10.3 O edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade de seguro garantia prevista no inciso II do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/21.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou instrumento equivalente;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato ou instrumento equivalente;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato ou instrumento equivalente; g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato instrumento equivalente, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- d) Multa:

- 1. moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (dez) dias;
- 2. compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**11.3** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**11.4** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa

**11.4.1** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.4.2** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**11.4.3** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação

enviada pela autoridade competente.

**11.5** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**11.6** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.7** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**11.8** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**11.9** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**11.10** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**11.11** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1** O Contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**12.2** Quando a não conclusão do Contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá o **CONTRATANTE** optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O presente Contrato poderá ser extinto, antes de cumpridas as obrigações estipuladas, ou antes do prazo neste fixado:

- a) por ato unilateral do **CONTRATANTE**, em razão da inexecução total ou parcial do objeto e/ou das obrigações previstas no presente instrumento e/ou por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, devendo, ainda, ser observado o disposto nos arts. 138 e 139 da referida Lei;
- b) consensualmente, na forma do art. 138, II da Lei nº 14.133/2021; e
- c) na hipótese de contratação direta fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, a qualquer tempo, sem indenização, e independentemente de aviso ou prazo, pelo contratante, tão logo esteja(m) concluído(s) o(s) procedimento(s) licitatório(s) implementado(s) para a contratação do objeto em questão.

12.3.1 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o Contrato.

12.3.2 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4 A extinção prematura do Contrato deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzida a termo no respectivo processo.

12.4.1 A justificativa da rescisão por ato unilateral do **CONTRATANTE**, sempre que possível, contemplará:

- a) as obrigações contratuais já cumpridas ou parcialmente cumpridas;
- b) os pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) as indenizações e multas.

12.5 A extinção do Contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, na forma do art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021, desde que o pedido seja formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação.

12.6. Extinto o Contrato, o **CONTRATANTE** poderá ainda:

12.6.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo **CONTRATADO**, reter e executar a garantia prestada; e

12.6.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133/2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do **CONTRATADO** decorrentes do Contrato.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

13.2 O **CONTRATADO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do **CONTRATANTE**.

13.4 Registros que não caracterizam alteração do Contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1 As despesas com a execução do presente Contrato contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de \_\_\_\_\_, assim classificadas:

Natureza da Despesa:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Nota de Empenho:

14.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

14.3 No início da contratação e de cada exercício deverá ser atestada a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, na forma do art. 106, II, da Lei nº 14.133/2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº [14.133/2021](#), e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

16.1 Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no Portal da Transparência e publicar extrato da contratação no Diário Oficial do município.

16.1.1 A divulgação do Contrato e de seus aditamentos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, condição indispensável para sua eficácia, deverá ocorrer nos prazos estipulados pelo art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O **CONTRATANTE** deverá adotar as providências necessárias para dar conhecimento da contratação, junto ao Tribunal de Contas do Estado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO**

17.1 Fica eleito o Foro o município de Araruama para dirimir qualquer litígio decorrente do presente Contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste Contrato, firmam as partes o presente instrumento, depois de achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

*TESTEMUNHAS:*

1-

2-